

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 121396/25

EXERCÍCIO: 2025

SUBCATEGORIA: Licitações

JURISDICIONADO: Câmara Municipal de Mãe d´Água

DATA DE ENTRADA: 25/09/2025

ASSUNTO: Licitação - 00005/2025 - Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021) -

Contratação de serviços técnicos especializados na

assessoria e consultoria técnica especializada em processo de compras (licitação de contratações diretas) realizados pela

Câmara Legislativa Municipal.

INTERESSADOS:

Evandro Lucena Soares



PERSONA CONTÁB ASSESSORIA

CNPJ 60.249.780/0001-30

Rua Arceira, n. 148, Bairro Sete Casas Patos-PB



PROPOSTA DE PREÇOS

ÁO SR.
EVANDRO LUCENA SOARES
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MÃE D'AGUA - CASA CARMITA
DANTAS

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sa. a nossa proposta de preços e serviços relativa execução de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria técnica especializada em processo de compras(licitações e contratações diretas), conforme especificações constantes no item a seguir:

DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

- Assessorar junto ao setor de licitação, emitindo pareceres, quando solicitado, de cálculos relativos a balanço patrimonial e planilhas de preços de empresas participantes em licitações da Câmara Municipal;
- 2. Atuar realizando consultoria no planejamento das contratações junto ao setor requerente da demanda da entidade, orientando no planejamento e elaboração do Plano de Contratação Anual, bem como na elaboração de demais ferramentas de planejamento: DFD, ETP, Análises de Riscos, TR, e nos processos licitatórios elaborar minuta Editais e de contrato, minutas de Termos Aditivos; de acordo com a legislação vigente em especial a Lei n. 14.133/2021;
- Orientação e Preparação dos processos de despesas para empenhamento do setor contábil:
- Realizar auditoria mensal nos processos licitatórios e contratação direta, com análise previa de conformidade com legislações vigentes;
- 5. Consultoria presencial e/ou via e-mail, prestando orientação para atendimento às instruções normativas do Tribunal De Contas Do Estado e demais órgão de controle, bem como defesa, justificativa e acompanhamento das contas do município junto a esse órgão nas PCA S na área de licitações, oferecendo orientação sobre as decisões dos tribunais e legislação, e atualização em matéria de licitação e contratos;



PERSONA CONTÁB ASSESSORIA

CNPJ 60.249.780/0001-30

Rua Arceira, n. 148, Bairro Sete Casas Patos-PB

- 6. Treinamento continuado da equipe de compras e licitações com transferência de conhecimento, nos atos de sua competência, tomando-os capazes de decidir e responsabilizando-se pelos seus atos administrativos, pautando pela legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência;
- 7. Disponibilização de equipe de pessoal multidisciplinar para orientação técnica aos servidores do município e ao próprio gestor para a execução das ações preparatórios de licitações e programas diversos de interesse da CAMARA MUNICIPAL, realizando visita semanal ao município.
- 8. Consultoria diária por telefone, e-mail, na área de licitação; disponível 08(oito) horas por dia 05(cinco) dias por semana, auxiliando ao gestor e sua equipe de licitação, os secretários.
- 9. As respostas ás orientações são preparadas por equipe especializada da assessoria, o qual atua de segunda-feira a quinta-feira das 08:00h ás 12:00h. As consultas respondidas pela contratada têm caráter opinativo, ficando a critério de o município aceitar e adotar as providências técnicas sugeridas.
- 9.1. A Emissão de pareceres verbais (quando solicitados via telefone e em questões onde a manifestação possa ser verbal, não exigindo formalidades) e por escrito (quando assim solicitados, em assuntos que mereçam formalização);
- 9.2. As consultas por nós respondidas têm caráter opinativo. Fica a critério do município aceitar e adotar as providências técnicas sugeridas.
- 9.3. Emissão, se necessário, notas técnicas para alertar e/ou esclarecer dúvidas ou, ainda, para corrigir as eventuais falhas detectadas nas visitas;
- As despesas do assessor com deslocamento, alimentação e hospedagem a serviço do município em outras localidades serão por conta da edilidade.

Os serviços acima importam o valor mensal de R.\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Dados Bancários:

Banco SICREDI - 748 Agência Cooperativa nº 2201 Conta Bancária - 06224-4

Declaro expressamente de que

 Que no preço cotado para os serviços compreendidos acima estão incluídas todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, despesas com mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros, deslocamento a sede do município.





PERSONA CONTÁB ASSESSORIA

CNPJ 60.249.780/0001-30

Rua Arceira, n. 148, Bairro Sete Casas Patos-PB



2) Que somente alocará profissionais, para fins de prestação de serviços junto a CAMARA MUNICIPAL que possuam grau de formação técnica e experiência profissional equivalentes aos dos profissionais contábeis que foram apresentados, tendo em vista o que prevê a Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Acórdão nº 2980/2008-TCU-2ª Câmara, publicado no DOU nº 161, de 21/8/2008, Seção 1, pág. 80;

Atenciosamente.

Patos-PB, 01 de Agosto de 2025

Edjaneide Pereira da Silva PERSONA CONTAB CNPJ Nº: 60.249.780/0001-30





Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

PARECER JURÍDICO

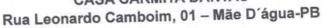
CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE Nº 005/2025 – LEI N. 14.133/2021 Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria técnica especializada em processo de compras (licitações e contratações diretas) realizados pela Câmara Legislativa Municipal.

PARECER:

ADMINISTRATIVO. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA NO ART. 74, INCISO III, DA LEI N°. 14.133/2021. FORNECEDOR EXCLUSIVO. CABIMENTO. PELA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO.

- É Inexigível a realização de licitação na forma do art. 74, III, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.
- Tendo a contratação atendido aos requisitos de validade e aos preços regulares de mercado, é possível sua celebração na forma apresentada.
- 1. Trata-se de Prestação de serviços contabeis descritos acima, através da empresa PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA, CNPJ (MF) nº 60.249.780/0001-30 INSC CRC PB-001583/O-0, com endereço: Rua Aroeira, 148 Cond Jardim Floresta, Sete Casas, Patos PB CEP 58705-287, representada por EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, CPF nº 930.586.594-15, para período de 12 (doze) meses, por meio de Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no art. 74, inciso III, § 1º da Lei nº.







14.133/2021, que a seguir transcrevo:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

- III contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;
- 2. Consta nos autos que a necessidade da referida contratação foi justificada no Documento de Formalização da Demanda e Termo de Referência acostado aos autos, elaborado pela Diretoria Financeira da Câmara e sua equipe técnica. No Termo de Autuação o setor de licitação, assevera o Agente de Contratação que os autos do processo Inexigibilidade de Licitação nº 005/2025, foram enviados a ele, para análise e elaboração nos moldes do Decreto Municipal n. 004/2023.
- 3. Consta nos autos minuta do Termo de Referência de Contratação Inexigibilidade de Licitação Nº. 005/2025, para análise. Por fim, foram enviados os presentes autos para esta



7

ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA CASA CARMITA DANTAS

Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

Assessoria Jurídica, a fim de se lavrar parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, III, da Lei nº. 14.133/2021.

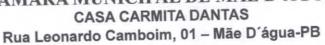
4.É que merece ser relatado. OPINO.

- 5. Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação Inexigível, as hipóteses estão previstas no art. 74 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é inviável, tendo em vista a impossibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.
- 6. A contratação em tela é orientada e aceita pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, órgão constitucional que tem competência de orientar e fiscalizar as Prefeitura. A título de exemplo, segue cópia de farta jurisprudência e reiterados julgados, pela legalidade de contratação de advogados e contadores, com fundamento no art. 74, III da NLLC 14.133/2021, APL TC 195/2007, AC1 TC 475/2007, AC1 TC 693/2011, APL TC 0245/2013.
- 7- Encontra-se em vigor a lei nº 14.039/2020, que Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza técnica e singular dos serviços prestados por advogados e por profissionais de contabilidade, e esta fala sobre a notória especialização que pode ser aferida por diversos elementos que demonstrem a singularidade do prestador de serviço, permitindo visualizar o caráter incomum e diferenciado do sujeito contratado. Nesse exato sentido está a definição trazida pelo parágrafo único do atual que em seu artigo 1º assim diz:

"Art. 2° O art. 25 do Decreto-Lei n° 9.295, de 27 de maio de 1946, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1° e 2°:









§ 1º Os serviços profissionais de contabilidade são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

§ 2º Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de profissionais de contabilidade cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato." (NR)08.

Diante do exposto, e embasado no Art. 74, inciso III, §1º da Lei n. 14.133/2021, entende esta Assessoria Jurídica, que é o correto, visto que atende ao exposto na Lei já citada, as Justificativas estão corretas e a proposta de Contrato enquadra-se dentro do que preceitua à Lei aqui apontada, pelo que o presente Processo pode e deva ter o curso normal. SALVO MELHOR JUÍZO É O PARECER.

> Salvo melhor Juízo. É o PARECER. À apreciação do Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Mãe D'água-PB, 04 de agosto de 2025.

SSESSORIA JURÍDICA



ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA CASA CARMITA DANTAS Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB



DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

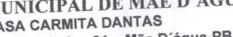
Mãe D'agua - PB, 04 de agosto de 2025 .

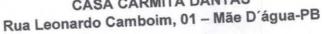
Vistos, etc

Aprovo o DFD, Termo de Referência e aceito a justificativa apresentada pela Secretária Executiva e Autorizo o setor de LICITAÇÃO, a dar prosseguimento ao procedimento de contratação direta por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para o objeto de contratação de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria técnica especializada em processo de compras (licitações e contratações diretas) realizados pela Câmara Legislativa Municipal. Nos termos do Decreto Municipal nº 002/2023 e Lei nº 14.133/2021 c/c LC 101/2000.

EVANDRO LUCENA SOARES
PRESIDENTE









TO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

	ITO DE FORMALIZAÇÃO DE DEM			
SECRETAR	IA SOLICITANTE:			
	SECRETÁRIA E	EXECUTIV	Α	
PESPONSA	AVEL PELA SOLICITAÇÃO:		1.0	
ZELIA TORRES DE L'Aminos conocializados na assessoria (
to	Necessidade de contratação de sen ecnica especializada em processo d la Câmara Legislativa Municipal.	le compras	(licitações e	contratações direta
Obras/Serviç Serviço conti Serviço conti Material de c	continuado () co engenharia () inuado SEM dedicação exclusiva de inuado COM dedicação exclusiva de consumo ()	mão de ob mão de ob	ora(x) ora()	
Material peri	manente / equipamento ()			T NED LINET
4.RELAÇAC Nº ITEM	DE ITENS: DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VLR.UNIT. MENSAL
01	 Assessorar junto ao setor de licitação, emitindo pareceres, quando solicitado, de cálculos relativos a balanço patrimonial e planilhas de preços de empresas participantes em licitações da Câmara Municipal; 		12	R\$ 3.000,00
	2. Atuar realizando consultoria no planejamento das contratações junto ao setor requerente da demanda da entidade, orientando no planejamento e elaboração do Plano de Contratação Anual, bem como na elaboração de demais ferramentas de planejamento DFD, ETP, Análises de Riscos TR, e nos processos licitatórios elaborar minuta Editais e de contrato, minutas de Termos			

legislação vigente em especial a

Lei n. 14.133/2021;



A MANAS SON

Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

- Orientação e Preparação dos processos de despesas para empenhamento do setor contábil;
- Realizar auditoria mensal nos processos licitatórios e contratação direta, com análise previa de conformidade com legislações vigentes;
- 5. Consultoria presencial e/ou via e-mail, prestando orientação para atendimento às instruções normativas do Tribunal De Contas Do Estado e demais órgão de controle, bem como defesa, justificativa e acompanhamento das contas do município junto a esse órgão nas PCA'S na área de licitações, oferecendo orientação sobre as decisões dos tribunais e legislação, e atualização em matéria de licitação e contratos;
 - 6. Treinamento continuado da equipe de compras e licitações com transferência de conhecimento, nos atos de sua competência, tomando-os capazes de decidir e responsabilizando-se pelos seus atos administrativos, pautando pela legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência;
 - 7. Disponibilização de equipe de pessoal multidisciplinar para orientação técnica aos servidores do município e ao próprio gestor para a execução das ações preparatórios de licitações e programas diversos de interesse da CAMARA MUNICIPAL, realizando visita semanal ao município.
 - Consultoria diária por telefone, e-mail, na área de licitação; disponível 08(oito) horas



SAL DE WARE

Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

por dia 05(cinco) dias por semana, auxiliando ao gestor e sua equipe de licitação, os secretários.	
9.A Emissão de pareceres verbais (quando solicitados via telefone e em questões onde a manifestação possa ser verbal, não exigindo formalidades) e por escrito (quando assim solicitados, em assuntos que mereçam formalização); 10.Emissão, se necessário, notas técnicas para alertar e/ou esclarecer dúvidas ou, ainda, para corrigir as eventuais falhas detectadas nas visitas;	
11.As despesas do assessor com deslocamento, alimentação e hospedagem a serviço do município em outras localidades serão por conta da edilidade.	

5.JUSTIFICATIVA: E necessário a contratação de serviços em gestão das contratações públicas realizadas pela Câmara Legislativa Municipal, para que a administração possa realizar seus processos de compras com maior segurança, pois a empresa e seus profissionais devem passar a confiança do conhecimento técnico na área e a notória especialização dos técnicos da contratada são requisitos essenciais que levam a contratação sob a ótica de inexigibilidade de contratação. Considerando que a empresa, atende perfeitamente às necessidades deste parlamento, licitação. Considerando que a empresa, atende perfeitamente às necessidades deste parlamento, dada as suas experiências no ramo em gestão de contratações públicas é de se entender o que: a) E em face do princípio da legalidade, moralidade e eficiência dos atos administrativos, prevista em constituição e na nova lei de Licitação nº 14.133/2021, em seu artigo 59, e artigo 75, inciso em constituição e na nova lei de Licitação nº 14.133/2021, em seu artigo 59, e artigo 75, inciso em como Lei 14.039 de 2020, que insere na legislação a previsão expressa de que os serviços prestados pelos advogados e por profissionais de contabilidade possuem natureza técnica e singular.

Nessa esteira, não há como conceber a possibilidade de competição entre profissionais do Direito, da Medicina, da Contabilidade, para a execução dos serviços de assessoria jurídica, médica, contábil, porque cada advogado, médico ou contador é dotado de qualidades, de técnica, enfim, de atributos personalíssimos que os fazem particularmente singulares em relação a outros. b) Como poderia o Gestor Público correr o risco de ter suas contas reprovadas, pagar multas elevadas e ver sua carreira pública prejudicada, contratando um contador ou um advogado elevadas e ver sua carreira pública prejudicada, contratando um contador ou um advogado despreparado e que não fosse de sua confiança, sem experiência, tradição, qualificações técnicas e de todas as características e requisitos necessários para preencher as condições mínimas estabelecidas para contratação de consultoria de profissionais enquadráveis em inexigibilidade



Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

de licitação da lei Ou seja, certamente, não caberia, nesta situação, a contratação por meio do processo normal de licitação somente para obedecer ao menor preço, cujo certame obviamente não levaria em conta esses principais requisitos para seleção e contratação desses profissionais. Ademais, quase sempre e de modo geral, os municípios terceirizam esses serviços e praticamente a totalidade através de processo de inexigibilidade, em virtude do principal fator confiança e a capacidade técnica do profissional para contratação, possibilitando, desta forma, que a contratação desses profissionais. Ademais, quase sempre e de modo geral, os municípios terceirizam esses serviços e praticamente a totalidade através de processo de inexigibilidade, em virtude do principal fator confiança e a capacidade técnica do profissional para contratação, possibilitando, desta forma, que a Suprema Corte de Contas aprecie esta situação dando um tratamento especial a este caso concreto.

c) Após as exposições fica devidamente justificada a escolha, e comprovada capacidade técnica dos seus profissionais, como sendo a empresa mais indicada para contratação dos serviços acima citados considerando as relevâncias expostas e a empresa atende perfeitamente às necessidades deste parlamento, dada as suas experiências na área de GESTÃO DE 7.DATA PREVISTA PARA INÍCIO: em até 24

contrato

(vinte e quatro) horas após assinatura do

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.

6.FONTE DE RECURSO: A contratação será atendida pela seguinte dotação:

A despesa com o objeto da presente Licitação correrá por conta da dotação orçamentária oriundos do Orçamento de 2025.

01.010 Câmara Municipal

FONTE RECURSO: 15001000 Recursos Livres

(Ordinário) Aplicações Diretas

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 01 031 2001 2001 Manutenção das Atividades do Poder

Legislativo

ELEMENTO DE DESPESA: 000009 3390.35

99 Serviços de Consultoria

8. Prazo de Entrega/ Execução:

1- O prazo de execução do presente procedimento será de 05 (seis) meses a partir de sua assinatura, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei 14.133/2021, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, obedecendo o disposto no Art. 107 da referida norma.

8.1. Local e horário da Entrega/Execução:

1- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput), devendo a contratada cumprir com zelo e boa-fé as atividades oriundas deste termo, sob pena de responder pelo descumprimento contratual.

9.OBSERVAÇOES:





DE WAYER DE WAYER

Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

Em conformidade com a legislação que rege o tema,	encaminhe-se à autoridade competente
Elli comornidado com a registra e constunidade para a	contratação e demais providências
para análise de conveniência e oportunidade para a	Contratagas
cabíveis.	

10.DATA REQUERIMENTO: 01 de agosto de 2025

ASSINATURA:

Filia Torres de fuera.
Responsável





Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

1.SECRETAR	RIA SOLICITANTE:				
1.020	SECRETÁRIA E	EXECUTIV	A		
	SECRETARIA I	ZALOGIII			
2.RESPONS	RESPONSAVEL PELA SOLICITAÇÃO: ZÉLIA TORRES DE LUCENA				
	Necessidade de contratação de ser écnica especializada em processo de ela Câmara Legislativa Municipal.	de compras	s (licitações e	contratações diretas	
3.1. TIPO:					
Servico não	continuado ()				
		mão de ob	ra(x)		
Serviço con	ço engenharia () tinuado SEM dedicação exclusiva de	mão de ob	ora ()		
Servico con	tinuado COM dedicação exclusiva de	mac ac c.			
Material de	consumo ()				
Material per	manente / equipamento () DE ITENS:			VLR.UNIT.	
Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MENSAL	
M. HEIM			10	R\$ 3.000,00	
01	Assessorar junto ao setor de licitação, emitindo pareceres,	Meses	12	Αψ σ.σσσ,σσ	
	quando solicitado, de cálculos relativos a balanço patrimonial e				
	planilhas de precos de empresas				
	participantes em licitações da				
	Câmara Municipal;				
	2 Atuar realizando				
	consultoria no planejamento das				
	contratações junto ao selor	1			
	requerente da demanda da				
	entidade, orientando no				
	planejamento e elaboração do Plano de Contratação Anual, bem				
	como na elaboração de demais	3			
	forramentas de planejamento	8			
	DED ETP Análises de RISCOS	7			
	TD a nos processos licitatorios	5			
	elaborar minuta Editais e di	9			
	contrato, minutas de Termo	S			

de acordo com

legislação vigente em especial a

Aditivos;

Lei n. 14.133/2021;



ARANDO ASI

Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

- Orientação e Preparação dos processos de despesas para empenhamento do setor contábil;
- Realizar auditoria mensal nos processos licitatórios e contratação direta, com análise previa de conformidade com legislações vigentes;
- 5. Consultoria presencial e/ou via e-mail, prestando orientação para atendimento às instruções normativas do Tribunal De Contas Do Estado e demais órgão de controle, bem como defesa, justificativa e acompanhamento das contas do município junto a esse órgão nas PCA'S na área de licitações, oferecendo orientação sobre as decisões dos tribunais e legislação, e atualização em matéria de licitação e contratos;
- 6. Treinamento continuado da equipe de compras e licitações com transferência de conhecimento, nos atos de sua competência, tomando-os capazes de decidir e responsabilizando-se pelos seus atos administrativos, pautando pela legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência;
 - 7. Disponibilização de equipe de pessoal multidisciplinar para orientação técnica aos servidores do município e ao próprio gestor para a execução das ações preparatórios de licitações e programas diversos de interesse da CAMARA MUNICIPAL, realizando visita semanal ao município.
 - Consultoria diária por telefone, e-mail, na área de licitação; disponível 08(oito) horas



SAN ETS. SO SE WAS SELECTED BY DE WAS SELECTED BY D

Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

por dia 05(cinco) dias por semana, auxiliando ao gestor e sua equipe de licitação, os secretários.	
9.A Emissão de pareceres verbais (quando solicitados via telefone e em questões onde a manifestação possa ser verbal, não exigindo formalidades) e por escrito (quando assim solicitados, em assuntos que mereçam formalização);	
10.Emissão, se necessário, notas técnicas para alertar e/ou esclarecer dúvidas ou, ainda, para corrigir as eventuais falhas detectadas nas visitas;	
11. As despesas do assessor com deslocamento, alimentação e hospedagem a serviço do município em outras localidades serão por conta da edilidade.	

5.JUSTIFICATIVA: E necessário a contratação de serviços em gestão das contratações públicas realizadas pela Câmara Legislativa Municipal, para que a administração possa realizar seus processos de compras com maior segurança, pois a empresa e seus profissionais devem passar processos de compras com maior segurança, pois a empresa e seus profissionais devem passar a confiança do conhecimento técnico na área e a notória especialização dos técnicos da contratada são requisitos essenciais que levam a contratação sob a ótica de inexigibilidade de contratação. Considerando que a empresa, atende perfeitamente às necessidades deste parlamento, licitação. Considerando que a empresa, atende perfeitamente às necessidades deste parlamento, dada as suas experiências no ramo em gestão de contratações públicas é de se entender o que: a) E em face do princípio da legalidade, moralidade e eficiência dos atos administrativos, prevista em constituição e na nova lei de Licitação nº 14.133/2021, em seu artigo 59, e artigo 75, inciso em constituição e na nova lei de Licitação nº 14.133/2021, em seu artigo 59, e artigo 75, inciso em como Lei 14.039 de 2020, que insere na legislação a previsão expressa de que os serviços prestados pelos advogados e por profissionais de contabilidade possuem natureza técnica e singular.

Nessa esteira, não há como conceber a possibilidade de competição entre profissionais do Direito, da Medicina, da Contabilidade, para a execução dos serviços de assessoria jurídica, médica, contábil, porque cada advogado, médico ou contador é dotado de qualidades, de técnica, enfim, de atributos personalíssimos que os fazem particularmente singulares em relação a outros. b) Como poderia o Gestor Público correr o risco de ter suas contas reprovadas, pagar multas elevadas e ver sua carreira pública prejudicada, contratando um contador ou um advogado elevadas e ver sua carreira pública prejudicada, sem experiência, tradição, qualificações técnicas de todas as características e requisitos necessários para preencher as condições mínimas e de todas para contratação de consultoria de profissionais enquadráveis em inexigibilidade



Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

de licitação da lei Ou seja, certamente, não caberia, nesta situação, a contratação por meio do processo normal de licitação somente para obedecer ao menor preço, cujo certame obviamente não levaria em conta esses principais requisitos para seleção e contratação desses profissionais. Ademais, quase sempre e de modo geral, os municípios terceirizam esses serviços e praticamente a totalidade através de processo de inexigibilidade, em virtude do principal fator confiança e a capacidade técnica do profissional para contratação, possibilitando, desta forma, que a contratação desses profissionais. Ademais, quase sempre e de modo geral, os municípios terceirizam esses serviços e praticamente a totalidade através de processo de inexigibilidade, em virtude do principal fator confiança e a capacidade técnica do profissional para contratação, possibilitando, desta forma, que a Suprema Corte de Contas aprecie esta situação dando um tratamento especial a este caso concreto.

c) Após as exposições fica devidamente justificada a escolha, e comprovada capacidade técnica dos seus profissionais, como sendo a empresa mais indicada para contratação dos serviços acima citados considerando as relevâncias expostas e a empresa atende perfeitamente às necessidades deste parlamento, dada as suas experiências na área de GESTÃO DE 7.DATA PREVISTA PARA INÍCIO: em até 24

contrato

(vinte e quatro) horas após assinatura do

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.

6.FONTE DE RECURSO: A contratação será atendida pela seguinte dotação:

A despesa com o objeto da presente Licitação correrá por conta da dotação orçamentária oriundos do Orçamento de 2025.

01.010 Câmara Municipal

FONTE RECURSO: 15001000 Recursos Livres

(Ordinário) Aplicações Diretas

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 01 031 2001 2001 Manutenção das Atividades do Poder

Legislativo

ELEMENTO DE DESPESA: 000009 3390.35

99 Serviços de Consultoria

8. Prazo de Entrega/ Execução:

1- O prazo de execução do presente procedimento será de 05 (seis) meses a partir de sua assinatura, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei 14.133/2021, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, obedecendo o disposto no Art. 107 da referida norma.

8.1. Local e horário da Entrega/Execução:

1- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput), devendo a contratada cumprir com zelo e boa-fé as atividades oriundas deste termo, sob pena de responder pelo descumprimento contratual.

9.OBSERVAÇOES:

18





DE WAR OF DE WAR OF DE CAMPAND BOY

Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

10.DATA REQUERIMENTO: 01 de agosto de 2025

ASSINATURA:

Filis Torres de fuera



Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB



TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

Contratação de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria técnica especializada em processo de compras (licitações e contratações diretas) realizados pela Câmara Legislativa Municipal.

DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

- Assessorar junto ao setor de licitação, emitindo pareceres, quando solicitado, de cálculos relativos a balanço patrimonial e planilhas de preços de empresas participantes em licitações da Câmara Municipal;
- 2. Atuar realizando consultoria no planejamento das contratações junto ao setor requerente da demanda da entidade, orientando no planejamento e elaboração do Plano de Contratação Anual, bem como na elaboração de demais ferramentas de planejamento: DFD, ETP, Análises de Riscos, TR, e nos processos licitatórios elaborar minuta Editais e de contrato, minutas de Termos Aditivos; de acordo com a legislação vigente em especial a Lei n. 14.133/2021;
- Orientação e Preparação dos processos de despesas para empenhamento do setor contábil;
- Realizar auditoria mensal nos processos licitatórios e contratação direta, com análise previa de conformidade com legislações vigentes;
- 5. Consultoria presencial e/ou via e-mail, prestando orientação para atendimento às instruções normativas do Tribunal De Contas Do Estado e demais órgão de controle, bem como defesa, justificativa e acompanhamento das contas do município junto a esse órgão nas PCA'S na área de licitações, oferecendo orientação sobre as decisões dos tribunais e legislação, e atualização em matéria de licitação e contratos;
- 6. Treinamento continuado da equipe de compras e licitações com transferência de conhecimento, nos atos de sua competência, tomando-os capazes de decidir e responsabilizando-se pelos seus atos administrativos, pautando pela legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência;





Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB

- 7. Disponibilização de equipe de pessoal multidisciplinar para orientação técnica aos servidores do município e ao próprio gestor para a execução das ações preparatórios de licitações e programas diversos de interesse da CAMARA MUNICIPAL, realizando visita semanal ao município.
- 8. Consultoria diária por telefone, e-mail, na área de licitação; disponível 08(oito) horas por dia 05(cinco) dias por semana, auxiliando ao gestor e sua equipe de licitação, os secretários.
- 9.A Emissão de pareceres verbais (quando solicitados via telefone e em questões onde a manifestação possa ser verbal, não exigindo formalidades) e por escrito (quando assim solicitados, em assuntos que mereçam formalização);
- 10. Emissão, se necessário, notas técnicas para alertar e/ou esclarecer dúvidas ou, ainda, para corrigir as eventuais falhas detectadas nas visitas;
- 11. As despesas do assessor com deslocamento, alimentação e hospedagem a serviço do município em outras localidades serão por conta da edilidade.

2- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O objeto pretendido pela edilidade e ora processado se caracteriza em hipótese inexigibilidade, amparado no art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021, com as justificativas presentes nos autos.

(...)

- III contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;



Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB



f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico.

- 2.2. Aplica-se a este Termo de inexigibilidade, a seguinte legislação: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Lei Federal nº 14.133, de 2021; Lei Complementar Federal nº 101, de 2000; Lei Orgânica do Município. Lei 14.039/2020.
- 2.3. Conforme o art. 74, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021 é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- 2.4.A prestação dos serviços, a serem adquiridos, dadas as suas características e finalidade, enquadra-se no conceito de bens comuns, conforme definido no que regulamenta o inciso XIII do art. 6ª Lei nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 002/2023, sendo esse o procedimento a ser adotado, na forma orientado neste Termo de Referência.

3- JUSTIFICATIVA

- 3.1. E necessário a contratação de serviços em gestão das contratações públicas realizadas pela Câmara Legislativa Municipal, para que a administração possa realizar seus processos de compras com maior segurança, pois a empresa e seus profissionais devem passar a confiança do conhecimento técnico na área e a notória especialização dos técnicos da contratada são requisitos essenciais que levam a contratação sob a ótica de inexigibilidade de licitação. Considerando que a empresa, atende perfeitamente às necessidades deste parlamento, dada as suas experiências no ramo em gestão de contratações públicas é de se entender o que:
- a) E em face do princípio da legalidade, moralidade e eficiência dos atos administrativos, prevista em constituição e na nova lei de Licitação nº 14.133/2021, em seu artigo 59, e artigo 75, inciso III, bem como Lei 14.039 de 2020, que insere na



Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB



legislação a previsão expressa de que os serviços prestados pelos advogados e por profissionais de contabilidade possuem natureza técnica e singular.

Nessa esteira, não há como conceber a possibilidade de competição entre profissionais do Direito, da Medicina, da Contabilidade, para a execução dos serviços de assessoria jurídica, médica, contábil, porque cada advogado, médico ou contador é dotado de qualidades, de técnica, enfim, de atributos personalíssimos que os fazem particularmente singulares em relação a outros.

- b) Como poderia o Gestor Público correr o risco de ter suas contas reprovadas, pagar multas elevadas e ver sua carreira pública prejudicada, contratando um contador ou um advogado despreparado e que não fosse de sua confiança, sem experiência, tradição, qualificações técnicas e de todas as características e requisitos necessários para preencher as condições mínimas estabelecidas para contratação de consultoria de profissionais enquadráveis em inexigibilidade de licitação da lei? Ou seja, certamente, não caberia, nesta situação, a contratação por meio do processo normal de licitação somente para obedecer ao menor preço, cujo certame obviamente não levaria em conta esses principais requisitos para seleção e contratação desses profissionais. Ademais, quase sempre e de modo geral, os municípios terceirizam esses serviços e praticamente a totalidade através de processo de inexigibilidade, em virtude do principal fator confiança e a capacidade técnica do profissional para contratação, possibilitando, desta forma, que a contratação desses profissionais. Ademais, quase sempre e de modo geral, os municípios terceirizam esses serviços e praticamente a totalidade através de processo de inexigibilidade, em virtude do principal fator confiança e a capacidade técnica do profissional para contratação, possibilitando, desta forma, que a Suprema Corte de Contas aprecie esta situação dando um tratamento especial a este caso concreto.
- c) Após as exposições fica devidamente justificada a escolha, e comprovada capacidade técnica dos seus profissionais, como sendo a empresa mais indicada para contratação dos serviços acima citados considerando as relevâncias expostas e a empresa atende perfeitamente às necessidades deste parlamento, dada as suas experiências na área de GESTÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.



Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB



4. DA RAZÃO DA ESCOLHA

- 4.1. A futura CONTRATADA será o escritório de contabilidade **PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA,** CNPJ (MF) nº **60.249.780/0001-30 INSC CRC PB-001583/O-0,** com endereço: Rua Aroeira, 148 Cond. Jardim Floresta, Sete Casas, Patos PB CEP 58705-287, representada por EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, CPF nº 930.586.594-15, conforme documentação em anexo.
- 4.2. No caso, a escolha do contratado encontra amparo, atendendo de forma satisfatória a necessidade da Administração, devidamente justificada pelo setor requisitante.
- 4.3. No que se refere a qualificação técnica do futuro contratado, também chamada de capacidade técnico profissional, trata da comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação. O escritório a ser contratado apresentou seu corpo técnico e demonstrou vasta experiência ao objeto da contratação

5- DO PRAZO DE EXECUÇÃO-

5.1.O prazo de execução do presente procedimento será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei 14.133/2021, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, obedecendo o disposto no Art. 107 da referida norma.

6-DO VALOR E DO PAGAMENTO

- 6.1. O custo mensal dos serviços é de R\$ 3.000,00 (três mil e reais), perfazendo o valor global para um período de 12(doze) meses de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
- 6.1.1. O valor apresentado se apresenta viável para, tendo em vista que os preços praticados pela contratada, em relação aos municípios são superiores, a estes.
- 6.2. O pagamento será efetuado a cada dia 20(vinte) do mês, devendo a contratada apresentar Nota Fiscal de serviços devidamente atestada pelo setor competente.



Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB



- 6.2.1.A nota fiscal que apresentar incorreção será devolvida à contratada para eventual correção;
- 6.2.2.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 6.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

7.1. Documento dispensado conforme Decreto Municipal nº 004/2023, em seu artigo 2º inciso III, que dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, no qual é exigido nas contratações de serviços e/ou produtos de valores superiores a R\$ 10 Milhões, podendo ser dispensando com base em Parecer Técnico do Órgão demandante, justificando as razões técnicas, desta forma, em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e a forma de fornecimento apresentada, foi dispensada da instrução a elaboração dos estudos técnicos preliminares.

8. DA ANÁLISE DE RISCOS

8.1. Documento dispensado conforme Decreto Municipal nº 004/2023, em seu artigo 2º inciso IV, onde Análise de Risco só será exigida nas contratações de valores superiores a R\$ 1 Milhão, no qual contemplará a identificação objetiva dos: "Riscos Prováveis"; da "Solução Identificada para Mitigação dos Riscos"; e dos "Responsáveis" pelos riscos identificados, desta forma, em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e a forma de execução do serviço presentada, foi dispensada da instrução a elaboração da referida análise.

9. DA DOTAÇÃO

- 9.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 9.1.1. A despesa com o objeto da presente Licitação correrá por conta da dotação orçamentária oriundos do Orçamento de 2025.
- 01.010 Câmara Municipal



Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB



FONTE RECURSO: 15001000 Recursos Livres (Ordinário) Aplicações Diretas CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 01 031 2001 2001 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo

ELEMENTO DE DESPESA: 000009 3390.35 99 Serviços de Consultoria

10 . DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO

- 10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput), devendo a contratada cumprir com zelo e boa-fé as atividades oriundas deste termo, sob pena de responder pelo descumprimento contratual.
- 10.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 10.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 10.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas. previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 10.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto da Lei nº 14.133/2021.
- 10.6 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou representantes.







- 10.7 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.
- 10.8 A emissão de informações, pareceres ou qualquer outro dado, com exceção dos requerimentos (formulários de pedidos), deverá ser feito em papel timbrado do próprio Escritório.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato, realizando a fiscalização da sua execução.
- 11.2. A CONTRATANTE se obriga a realizar o pagamento a CONTRATADA da importância ajustada na cláusula quarta, realizando o desconto dos impostos incidentes em conformidade com a lei em vigor.
- 11.3. Notificar a CONTRATADA, caso se verifique algumas irregularidades que diga respeito ao presente contrato;
- 11.4. Obrigam-se a CONTRATANTE e o CONTRATADO a respeitarem integralmente os termos pactuados neste instrumento contratual, ressalvadas as prerrogativas asseguradas pela Lei N. 14.133/2021, à Administração.

12. – REAJUSTES DOS PREÇOS

- 12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/08/2025.
- 12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO -

13.1. Nos termos do art. 117, combinado com o Art. 8º, § 3º, ambos da Lei



Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB



14.133/2021, será designado representante da administração para acompanhar e fiscalizar execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

13.2.A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

Mãe D' Água/PB, 01 de agosto de 2025.

ZÉLIA TORRES DE LUCENA Secretária Executiva



Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB



TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

Contratação de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria técnica especializada em processo de compras (licitações e contratações diretas) realizados pela Câmara Legislativa Municipal.

DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

- Assessorar junto ao setor de licitação, emitindo pareceres, quando solicitado, de cálculos relativos a balanço patrimonial e planilhas de preços de empresas participantes em licitações da Câmara Municipal;
- 2. Atuar realizando consultoria no planejamento das contratações junto ao setor requerente da demanda da entidade, orientando no planejamento e elaboração do Plano de Contratação Anual, bem como na elaboração de demais ferramentas de planejamento: DFD, ETP, Análises de Riscos, TR, e nos processos licitatórios elaborar minuta Editais e de contrato, minutas de Termos Aditivos; de acordo com a legislação vigente em especial a Lei n. 14.133/2021;
- Orientação e Preparação dos processos de despesas para empenhamento do setor contábil;
- Realizar auditoria mensal nos processos licitatórios e contratação direta, com análise previa de conformidade com legislações vigentes;
- 5. Consultoria presencial e/ou via e-mail, prestando orientação para atendimento às instruções normativas do Tribunal De Contas Do Estado e demais órgão de controle, bem como defesa, justificativa e acompanhamento das contas do município junto a esse órgão nas PCA'S na área de licitações, oferecendo orientação sobre as decisões dos tribunais e legislação, e atualização em matéria de licitação e contratos;
- 6. Treinamento continuado da equipe de compras e licitações com transferência de conhecimento, nos atos de sua competência, tomando-os capazes de decidir e responsabilizando-se pelos seus atos administrativos, pautando pela legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência;





Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB

- 7. Disponibilização de equipe de pessoal multidisciplinar para orientação técnica aos servidores do município e ao próprio gestor para a execução das ações preparatórios de licitações e programas diversos de interesse da CAMARA MUNICIPAL, realizando visita semanal ao município.
- 8. Consultoria diária por telefone, e-mail, na área de licitação; disponível 08(oito) horas por dia 05(cinco) dias por semana, auxiliando ao gestor e sua equipe de licitação, os secretários.
- 9.A Emissão de pareceres verbais (quando solicitados via telefone e em questões onde a manifestação possa ser verbal, não exigindo formalidades) e por escrito (quando assim solicitados, em assuntos que mereçam formalização);
- 10. Emissão, se necessário, notas técnicas para alertar e/ou esclarecer dúvidas ou, ainda, para corrigir as eventuais falhas detectadas nas visitas;
- 11. As despesas do assessor com deslocamento, alimentação e hospedagem a serviço do município em outras localidades serão por conta da edilidade.

2- <u>DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</u>

2.1. O objeto pretendido pela edilidade e ora processado se caracteriza em hipótese inexigibilidade, amparado no art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021, com as justificativas presentes nos autos.

(...)

- III contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;



Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB



f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico.

- 2.2. Aplica-se a este Termo de inexigibilidade, a seguinte legislação: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Lei Federal nº 14.133, de 2021; Lei Complementar Federal nº 101, de 2000; Lei Orgânica do Município. Lei 14.039/2020.
- 2.3. Conforme o art. 74, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021 é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- 2.4.A prestação dos serviços, a serem adquiridos, dadas as suas características e finalidade, enquadra-se no conceito de bens comuns, conforme definido no que regulamenta o inciso XIII do art. 6ª Lei nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 002/2023, sendo esse o procedimento a ser adotado, na forma orientado neste Termo de Referência.

3- JUSTIFICATIVA

- 3.1. E necessário a contratação de serviços em gestão das contratações públicas realizadas pela Câmara Legislativa Municipal, para que a administração possa realizar seus processos de compras com maior segurança, pois a empresa e seus profissionais devem passar a confiança do conhecimento técnico na área e a notória especialização dos técnicos da contratada são requisitos essenciais que levam a contratação sob a ótica de inexigibilidade de licitação. Considerando que a empresa, atende perfeitamente às necessidades deste parlamento, dada as suas experiências no ramo em gestão de contratações públicas é de se entender o que:
- a) E em face do princípio da legalidade, moralidade e eficiência dos atos administrativos, prevista em constituição e na nova lei de Licitação nº 14.133/2021, em seu artigo 59, e artigo 75, inciso III, bem como Lei 14.039 de 2020, que insere na



Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB



legislação a previsão expressa de que os serviços prestados pelos advogados e por profissionais de contabilidade possuem natureza técnica e singular.

Nessa esteira, não há como conceber a possibilidade de competição entre profissionais do Direito, da Medicina, da Contabilidade, para a execução dos serviços de assessoria jurídica, médica, contábil, porque cada advogado, médico ou contador é dotado de qualidades, de técnica, enfim, de atributos personalíssimos que os fazem particularmente singulares em relação a outros.

- b) Como poderia o Gestor Público correr o risco de ter suas contas reprovadas, pagar multas elevadas e ver sua carreira pública prejudicada, contratando um contador ou um advogado despreparado e que não fosse de sua confiança, sem experiência, tradição, qualificações técnicas e de todas as características e requisitos necessários para preencher as condições mínimas estabelecidas para contratação de consultoria de profissionais enquadráveis em inexigibilidade de licitação da lei? Ou seja, certamente, não caberia, nesta situação, a contratação por meio do processo normal de licitação somente para obedecer ao menor preço, cujo certame obviamente não levaria em conta esses principais requisitos para seleção e contratação desses profissionais. Ademais, quase sempre e de modo geral, os municípios terceirizam esses serviços e praticamente a totalidade através de processo de inexigibilidade, em virtude do principal fator confiança e a capacidade técnica do profissional para contratação, possibilitando, desta forma, que a contratação desses profissionais. Ademais, quase sempre e de modo geral, os municípios terceirizam esses serviços e praticamente a totalidade através de processo de inexigibilidade, em virtude do principal fator confiança e a capacidade técnica do profissional para contratação, possibilitando, desta forma, que a Suprema Corte de Contas aprecie esta situação dando um tratamento especial a este caso concreto.
- c) Após as exposições fica devidamente justificada a escolha, e comprovada capacidade técnica dos seus profissionais, como sendo a empresa mais indicada para contratação dos serviços acima citados considerando as relevâncias expostas e a empresa atende perfeitamente às necessidades deste parlamento, dada as suas experiências na área de GESTÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.







4. DA RAZÃO DA ESCOLHA

- 4.1. A futura CONTRATADA será o escritório de contabilidade **PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA,** CNPJ (MF) nº **60.249.780/0001-30 INSC CRC PB-001583/O-0,** com endereço: Rua Aroeira, 148 Cond. Jardim Floresta, Sete Casas, Patos PB CEP 58705-287, representada por EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, CPF nº 930.586.594-15, conforme documentação em anexo.
- 4.2. No caso, a escolha do contratado encontra amparo, atendendo de forma satisfatória a necessidade da Administração, devidamente justificada pelo setor requisitante.
- 4.3. No que se refere a qualificação técnica do futuro contratado, também chamada de capacidade técnico profissional, trata da comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação. O escritório a ser contratado apresentou seu corpo técnico e demonstrou vasta experiência ao objeto da contratação

5- DO PRAZO DE EXECUÇÃO-

5.1.O prazo de execução do presente procedimento será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei 14.133/2021, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, obedecendo o disposto no Art. 107 da referida norma.

6-DO VALOR E DO PAGAMENTO

- 6.1. O custo mensal dos serviços é de R\$ 3.000,00 (três mil e reais), perfazendo o valor global para um período de 12(doze) meses de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
- 6.1.1. O valor apresentado se apresenta viável para, tendo em vista que os preços praticados pela contratada, em relação aos municípios são superiores, a estes.
- 6.2. O pagamento será efetuado a cada dia 20(vinte) do mês, devendo a contratada apresentar Nota Fiscal de serviços devidamente atestada pelo setor competente.



PANDE WARE DE WARE DE

Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB

- 6.2.1.A nota fiscal que apresentar incorreção será devolvida à contratada para eventual correção;
- 6.2.2.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 6.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

7.1. Documento dispensado conforme Decreto Municipal nº 004/2023, em seu artigo 2º inciso III, que dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, no qual é exigido nas contratações de serviços e/ou produtos de valores superiores a R\$ 10 Milhões, podendo ser dispensando com base em Parecer Técnico do Órgão demandante, justificando as razões técnicas, desta forma, em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e a forma de fornecimento apresentada, foi dispensada da instrução a elaboração dos estudos técnicos preliminares.

8. DA ANÁLISE DE RISCOS

8.1. Documento dispensado conforme Decreto Municipal nº 004/2023, em seu artigo 2º inciso IV, onde Análise de Risco só será exigida nas contratações de valores superiores a R\$ 1 Milhão, no qual contemplará a identificação objetiva dos: "Riscos Prováveis"; da "Solução Identificada para Mitigação dos Riscos"; e dos "Responsáveis" pelos riscos identificados, desta forma, em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e a forma de execução do serviço presentada, foi dispensada da instrução a elaboração da referida análise.

9. DA DOTAÇÃO

- 9.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 9.1.1. A despesa com o objeto da presente Licitação correrá por conta da dotação orçamentária oriundos do Orçamento de 2025.
- 01.010 Câmara Municipal



Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB



FONTE RECURSO: 15001000 Recursos Livres (Ordinário) Aplicações Diretas CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 01 031 2001 2001 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo

ELEMENTO DE DESPESA: 000009 3390.35 99 Serviços de Consultoria

10 . DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO

- 10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput), devendo a contratada cumprir com zelo e boa-fé as atividades oriundas deste termo, sob pena de responder pelo descumprimento contratual.
- 10.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 10.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 10.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 10.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto da Lei nº 14.133/2021.
- 10.6 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou representantes.



Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB



- 10.7 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.
- 10.8 A emissão de informações, pareceres ou qualquer outro dado, com exceção dos requerimentos (formulários de pedidos), deverá ser feito em papel timbrado do próprio Escritório.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato, realizando a fiscalização da sua execução.
- 11.2. A CONTRATANTE se obriga a realizar o pagamento a CONTRATADA da importância ajustada na cláusula quarta, realizando o desconto dos impostos incidentes em conformidade com a lei em vigor.
- 11.3. Notificar a CONTRATADA, caso se verifique algumas irregularidades que diga respeito ao presente contrato;
- 11.4. Obrigam-se a CONTRATANTE e o CONTRATADO a respeitarem integralmente os termos pactuados neste instrumento contratual, ressalvadas as prerrogativas asseguradas pela Lei N. 14.133/2021, à Administração.

12. – REAJUSTES DOS PREÇOS

- 12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/08/2025.
- 12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO -

13.1. Nos termos do art. 117, combinado com o Art. 8º, § 3º, ambos da Lei



Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB



14.133/2021, será designado representante da administração para acompanhar e fiscalizar execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

13.2.A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

Mãe D' Água/PB, 01 de agosto de 2025.

ZÉLIA TORRES DE LUCENA Secretária Executiva



Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Visto etc.

Declaro conforme solicitação haver previsão orçamentária, bem como disponibilidade financeira proveniente da Lei Orçamentária do ano 2025, específica para contratação de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria técnica especializada em processo de compras (licitações e contratações diretas) realizados pela Câmara Legislativa Municipal.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

A despesa com o objeto da presente Licitação correrá por conta da dotação orçamentária oriundos do Orçamento de 2025.

01.010 Câmara Municipal

FONTE RECURSO: 15001000 Recursos Livres (Ordinário) Aplicações Diretas

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 01 031 2001 2001 Manutenção das Atividades do Poder

Legislativo

ELEMENTO DE DESPESA: 000009 3390.35 99 Serviços de Consultoria

Restitua-se os autos ao setor de licitação

Mãe D'Água - PB, 04 de agosto de 2025.

DIRETOR FINANCEIRO



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 25/09/2025 às 15:48:40 foi protocolizado o documento sob o Nº 121396/25 da subcategoria Licitações, exercício 2025, referente a(o) Câmara Municipal de Mãe d´Água, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Evandro Lucena Soares.

Jurisdicionado: Câmara Municipal de Mãe d´Água

Número da Licitação: 00005/2025

Órgão de Publicação: Jornal Oficial do Município

Data de Homologação: 04/08/2025

Responsável pela Homologação: Câmara Municipal de Mãe d´Água

Modalidade: Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021)

Tipo do Objeto: Compras e Serviços Tipo de Compra ou Servico: Outros

Valor: R\$ 36.000.00

Fontes de Recursos: Outros Recursos não Vinculados (501).

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria técnica especializada em

processo de compras (licitação de contratações diretas) realizados pela Câmara Legislativa Municipal.

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim [INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 15

Proposta 1 - Valor da Proposta: R\$ 36.000,00

Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (Nome): Persona Contab Consultoria Ltda

Proposta 1 - Proponente Pessoa Jurídica (CNPJ): 60.249.780/0001-30

Proposta 1 - Situação: Vencedora

Documento	Informado?	Autenticação
Análise jurídica da contratação	Sim	db59d1985b93d1624edd585bde9fce1f
Autorização da autoridade competente	Sim	993dfecabd4cb5b791498f9b95c40c70
Estimativa da despesa	Sim	9cb7018ae5b6793a7f97edced637dbec
Estudo Técnico Preliminar	Não	
Formalização de demanda	Sim	9cb7018ae5b6793a7f97edced637dbec
Justificativa de preço	Sim	9be6ed9df68dda4af7aaee87d667d4ef
Justificativa para a escolha do contratado	Sim	9be6ed9df68dda4af7aaee87d667d4ef
Previsão Orçamentária	Sim	533ef23dfe5c3d300f3908a8494c32a5
Proposta 1 - Proposta e Anexos - Persona Contab Consultoria Ltda	Sim	253e3467eaa0aab1facd16338aaf7e3c

João Pessoa, 25 de Setembro de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB





Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB

CONTRATO CMMD nº 008/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM CAMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA - ESTADO DA PARAÍBA E PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA.

Pelo presente instrumento particular, de um lado a CAMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA CASA CARMITA DANTAS, entidade de Direito Público Interno, Órgão de Regime Jurídico Único, sediada a Praça Rua Leonardo Camboim, 01, CEP 58.740-000, Mãe D'Agua - Estado da Paraíba, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 07.764.762/0001-03, neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. EVANDRO LUCENA SOARES, brasileiro, casado, residente a Rua Luiz Furtado de Figueiredo, nº 09 - Centro - Mãe D'Água - PB, portador do RG nº 2501018 SSP/PB e CPF nº 034482254-01, infra-assinados doravante designada simplesmente PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA, CNPJ (MF) nº 60.249.780/0001-30 INSC CRC - PB-001583/Oendereço: Rua Aroeira. 148 Cond Jardim Floresta. Casas, Patos - PB - CEP 58705-287, representada por Edjaneide Pereira da Silva, CPF nº 930.586.594-15, infra-assinado denominada doravante simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, a serem realizados na forma de execução indireta, mediante cláusulas e condições a seguir, tudo de acordo com a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 005/2025, conforma artigo 74 inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria técnica especializada em processo de compras (licitações e contratações diretas) realizados pela Câmara Legislativa Municipal, conforme proposta de preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	P. UNIT	P. TOTAL
01	Assessorar junto ao setor de licitação, emitindo pareceres, quando solicitado, de cálculos relativos a balanço patrimonial e planilhas de preços de empresas participantes em licitações da Câmara Municipal; Atuar realizando		Meses	3.000, 00	36.000,00
	consultoria no planejamento das contratações junto ao setor requerente da demanda da				



Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB



entidade, orientando no planejamento e elaboração do Plano de Contratação Anual, bem como na elaboração de demais ferramentas planejamento: DFD, ETP, Análises de Riscos, TR, e nos processos licitatórios elaborar minuta Editais e de contrato, minutas de Termos Aditivos: acordo com a legislação vigente em especial a Lei n. 14.133/2021;

- 3. Orientação e Preparação dos processos de despesas para empenhamento do setor contábil;
- Realizar auditoria mensal nos processos licitatórios e contratação direta, com análise previa de conformidade com legislações vigentes;
- Consultoria presencial e/ou via e-mail. prestando orientação para atendimento às instruções normativas do Tribunal De Contas Do Estado e demais órgão de controle, como defesa. iustificativa acompanhamento contas do município junto a esse órgão nas PCA'S na de área licitações, oferecendo orientação sobre as decisões dos tribunais e legislação, e atualização em matéria de licitação e contratos;
- Treinamento continuado da equipe de compras e licitações com





Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB



transferência conheciment		de
sua	competênc	cia,
tomando-os	capazes	de
decidir		e
responsabiliz	ando-se	
pelos s	eus a	tos
administrativ	os, pautan	do
pela	legalida	de,
impessoalida	de,	
moralidade e	eficiência;	

- 7. Disponibilização de equipe de pessoal multidisciplinar para orientação técnica aos servidores do município e ao próprio gestor para a execução das acões preparatórios de licitações e programas diversos de interesse da CAMARA MUNICIPAL, realizando visita semanal município.
- 8. Consultoria diária por telefone, e-mail, na área de licitação; disponível 08(oito) horas por dia 05(cinco) dias por semana, auxiliando ao gestor e sua equipe de licitação, os secretários.
- 9.A Emissão de pareceres verbais (quando solicitados via telefone e em questões onde a manifestação possa ser verbal, não exigindo formalidades) e por escrito (quando assim solicitados, em assuntos que mereçam formalização);
- 10.Emissão, se necessário, notas técnicas para alertar e/ou esclarecer dúvidas ou, ainda, para corrigir as





Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB



eventuais falhas detectadas nas visitas;		
11.As despesas do assessor com deslocamento, alimentação e hospedagem a serviço do município em outras localidades serão por conta da edilidade		

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO -

2.1.A presente contratação tem o valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e valor anual de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO -É facultado ao CONTRATANTE o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, nas mesmas condições propostas,

CLAUSULA TERCEIRA - DA RESCISÃO

3.1.. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

- 4.1. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos previstos nos artigos 124 á 136 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 4.2.. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.3. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 4.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 4.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado a cada dia 20(vinte) do mês, devendo a contratada apresentar Nota Fiscal de serviços devidamente atestada pelo setor competente.









- 5.2.A nota fiscal que apresentar incorreção será devolvida à contratada para eventual correção; 5.2.1.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 5.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA às importâncias correspondentes a multas, faltas ou débitos a que porventura tiver dado causa.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA -

6.1.O presente Contrato terá o prazo de validade de 05 (cinco) meses iniciando em 06 de agosto de 2025 encerrando em 06 de agosto de 2026, a contar da data da assinatura deste termo, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei 14.133/2021, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, obedecendo o disposto no Art. 107 da referida norma.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -

7.1. A despesa com o objeto da presente Licitação correrá por conta da dotação orçamentária oriundos do Orçamento de 2025, na dotação da secretaria solicitante-

01.010 Câmara Municipal

FONTE RECURSO: 15001000 Recursos Livres (Ordinário) Aplicações Diretas CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 01 031 2001 2001 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo

ELEMENTO DE DESPESA: 000009 3390.35 99 Serviços de Consultoria

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA -

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*), devendo a contratada cumprir com zelo e boa-fé as atividades oriundas deste termo, sob pena de responder pelo descumprimento contratual.

8.2.O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).





SNI PE MAR DE MA

Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB

- 8.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 8.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 8.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto da Lei nº 14.133/2021.
- 8.6 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou representantes.
- 8.7 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.
- 8.8 A emissão de informações, pareceres ou qualquer outro dado, com exceção dos requerimentos (formulários de pedidos), deverá ser feito em papel timbrado do próprio Escritório.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE-

- 9.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato, realizando a fiscalização da sua execução.
- 9.2. A CONTRATANTE se obriga a realizar o pagamento a CONTRATADA da importância ajustada na cláusula quarta, realizando o desconto dos impostos incidentes em conformidade com a lei em vigor.
- 9.3. Notificar a CONTRATADA, caso se verifique algumas irregularidades que diga respeito ao presente contrato;
- 9.4. Obrigam-se a CONTRATANTE e o CONTRATADO a respeitarem integralmente os termos pactuados neste instrumento contratual, ressalvadas as prerrogativas asseguradas pela Lei N. 14.133/2021, à Administração.

<u>CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO/FISCALIZAÇÃO-</u>

- 10.1. Nos termos do art. 117, combinado com o Art. 8°, § 3°, ambos da Lei 14.133/2021, será designado representante da administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens ou execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 10.2.A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.
- 10.3.A fiscalização do recebimento do(s) material(is) ou serviços adquirido(s) ficará a cargo do(s) servidor(s) designado(s), ficando o(s) mesmo(s) responsável(is) pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência, competindo-lhe







Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1.. No decorrer da entrega dos bens ou serviços estabelecidos neste Termo de Referência, caso o Fornecedor cometa qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:
- a.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- a.2. Multa moratória de até 1 % (um) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da proposta vencedora, até o limite de 10 (dez) dias;
- a.3. Multa compensatória de até 10 % (dez) por cento sobre o valor total da proposta vencedora, no caso de inexecução total;
- a.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- a.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Órgão Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- a.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, e o consequente descredenciamento do Registro cadastral do Município, pelo prazo de até 05 (cinco)anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Fornecedor ressarcir ao Contratante pelos prejuízos causados;
- b. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- c. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a contratante, observado o princípio da proporcionalidade;
- d. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
- 17.5. As penalidades previstas nos subitens a.5 e a.6., importará na inclusão do Fornecedor no Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com o Município de Mãe D'Água- Estado da Paraíba.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE-

- 12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/08/2025.
- 12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade





Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO-

13.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem o foro da comarca a que pertencer o município de Mãe D'Água, no Estado da Paraíba, para dirimir eventuais questões relacionadas com este Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, foi o presente Termo lavrado em duas vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

MÃE D'ÁGUA/PB, 06 de agosto de 2025.

Evando Eucona Soars

CAMARA MUNICIPAL DE MÃE D'AGUA-PB. CONTRATANTE

PERSONA CON **B** CONSULTORIA

CNPJ (MF) nº 60.249.780/0001-30 CONTRATADA

TESTEMUNHAS

speticia vicente da silva Nome: beticia vicente da silva

CPF: 379.910.364-75

Nome: CPF: 052.639.884-13



Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo Municipal **Mãe D'água-PB**

Criado pela Resolução n.º 02/2024

Edição de 07 de fevereiro de 2025

De 22 de fevereiro de 2024

Atos do Poder Legislativo

Portarias

ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA

PORTARIA Nº 10/2025.

Designa o Agente de Contratação, o Pregoeiro e designa Equipe de Apoio para as licitações nos termos da Nova Lei de licitações e contratos administrativos — Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021,

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133/2021. que estabelece novas normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Pública Diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e Considerando a Portaria nº 03 de 15 de janeiro de 2024, que adota os regulamentos já editados pelo executivo municipal;

Considerando que esta Câmara Municipal não dispõe de servidores do quadro efetivo ou empregados públicos no quadro permanente, com formação e conhecimentos técnicos adequados para o desempenho das funções a serem designadas através desta portaria, conforme previsão no artigo 176, inciso I da Lei n. 14.133/2021;

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA, no uso das atribuições que lhe confere na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada para exercer a função de Agente de Contratação nos processos licitatórios e contratações diretas instaurados com fundamento na Lei nº. 14.133/2021, a Sra. MARIA ALBETANIA MARTINS PORFIRIO, CPF Nº

Parágrafo Único: No âmbito da modalidade pregão, a Agente de Contratação MARIA ALBETANIA MARTINS PORFIRIO, CPF Nº 070.974.484-66 será designada pregoeira.

Art. 2º Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio, que auxiliará o Agente de Contratação / Pregoeira, na condução dos processos licitatórios e contratação direta:

a) JAILSON FERREIRA LUSTROSA, CPF n.º Line para o Cargo

Comissionado de (Diretor de Finanças) – Membro I.

B b) LETICIA VICENTE DA SILVA, CPF nº Maria Maria Maria, cargo comissionado de (Chefe de Gabinete) = Membro II

Parágrafo Primeiro: O(A) Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

Parágrafo Segundo: O(A) Agente de Contratação convocará servidores públicos efetivos ou comissionados, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 3º A agente de contratação ficará responsável por tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como as demais atribuições elencadas pela Lei 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 05 de 12 de janeiro de 2023.

Art. 4º Em decorrência da escassez de servidores com formação e ou conhecimentos específicos na área de licitações e contratos administrativos, os servidores nomeados conforme o artigo anterior, continuarão exercendo as suas funções.

Art.5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposição em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mãe D'água, Estado da Paraíba. 03 de fevereiro de 2025

EVANDRO LUCENA SOARES

Matéria publicada em 06/02/2025, republicada por incorreção.

MESA DIRETORA

Evandro Lucena Soares PRESIDENTE Sabrina Alves da Silva VICE-PRESIDENTE

Ybérica Nunes Lucena Freire PRIMEIRA SECRETÁRIA



REIMPRESSÃO PARA CORREÇÃO

PORTARIA Nº 10/2025.

Designa o Agente de Contratação, o Pregoeiro e designa Equipe de Apoio para as licitações nos termos da Nova Lei de licitações e contratos administrativos – Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021,

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133/2021, que estabelece novas normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Pública Diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e

Considerando a Portaria nº 03 de 15 de janeiro de 2024, que adota os regulamentos já editados pelo executivo municipal;

Considerando que esta Câmara Municipal não dispõe de servidores do quadro efetivo ou empregados públicos no quadro permanente, com formação e conhecimentos técnicos adequados para o desempenho das funções a serem designadas através desta portaria, conforme previsão no artigo 176, inciso I da Lei n. 14.133/2021;

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA, no uso das atribuições que lhe confere na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada para exercer a função de Agente de Contratação nos processos licitatórios e contratações diretas instaurados com fundamento na Lei nº. 14.133/2021, a Sra. MARIA ALBETANIA MARTINS PORFIRIO, CPF Nº 070.974.484-66, Cargo Efetivo do Município de Mãe D'agua. PORFIRIO

Parágrafo Único: No âmbito da modalidade pregão, a Agente de Contratação MARIA ALBETANIA MARTINS PORFIRIO, CPF Nº 070.974.484-66 será designada pregoeira.

- Art. 2º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio, que auxiliará o Agente de Contratação / Pregoeira, na condução dos processos licitatórios e contratação direta:
- a) JAILSON FERREIRA LUSTROSA, CPF n o 057.639.984-13 para o Cargo Comissionado de (Diretor de Finanças) - Membro I.
- b) LETICIA VICENTE DA SILVA, CPF nº 179.510.364-71, cargo comissionado de (Chefe de Gabinete) = Membro II

Parágrafo Primeiro: O(A) Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.



ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA

Parágrafo Segundo: O(A) Agente de Contratação convocará servidores públicos efetivos ou comissionados, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 3° - A agente de contratação ficará responsável por tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como as demais atribuições elencadas pela Lei 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 05 de 12 de janeiro de 2023.

Art. 4º Em decorrência da escassez de servidores com formação e ou conhecimentos específicos na área de licitações e contratos administrativos, os servidores nomeados conforme o artigo anterior, continuarão exercendo as suas funções.

Art.5°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposição em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mãe D'água, Estado da Paraíba, 03 de fevereiro de 2025

EVANDRO LUCENA SOARES
PRESIDENTE



Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo Municipal Mãe D'água-PB

Criado pela Resolução n.º 02/2024

Edição de 07 de agosto de 2025

De 22 de fevereiro de 2024

Atos do Poder Legislativo

Licitações

ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA CASA CARMITA DANTAS

Rua Leonardo Camboim, 01 - Mãe D'água-PB

CÂMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA

TRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 005/2025

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria técnica especializada em processo de compras (licitações e contratações diretas) realizados pela Câmara Legislativa Municipal.

CONTRATADA: PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA, CNPJ (MF) nº 60.249,780/0001-30 INSC CRC - PB-001583/O-0.

VALOR GLOBAL: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO: artigo 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021 E Decreto Municipal nº 004/2023.

Mãe D'Água - PB, 04 de agosto 2025

EVANDRO LUCENA SOARES PRESIDENTE

Contratos e Convênios

CÂMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATAÇÃO DIRETA - INEXIGIBILIDADE Nº 005/2025

CONTRATO Nº. 008/2025

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA CASA CARMITA DANTAS, CNPJ nº 07.764.762/0001-03

CONTRATADA: PERS CONTRATADA: PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA, CNPJ (MF)

o OBJETO: Contratação o de consultoria técnica especial contratações diretas) rea FUNDAMENTO: Artigo municipal nº 004/2023. OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria técnica especializada em processo de compras (licitações e contratações diretas) realizados pela Câmara Legislativa Municipal.

FUNDAMENTO: Artigo 74, inciso III alínea "c" da Lei 14.133/2021 e decreto

PRAZO: 12 (doze) meses.

MESA DIRETORA

Evandro Lucena Soar PRESIDENTE

Sabrina Alves da Silva

Ybérica Nunes Lucena Freire PRIMEIRA SECRETÁRIA

Luciano Rodrigues Soares SEGUNDO SECRETÁRIO





Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo Municipal **Mãe D'água-PB**

Criado pela Resolução n.º 02/2024

Edição de 07 de fevereiro de 2025

De 22 de fevereiro de 2024

Atos do Poder Legislativo

Portarias

ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA

PORTARIA Nº 10/2025.

Designa o Agente de Contratação, o Pregoeiro e designa Equipe de Apoio para as licitações nos termos da Nova Lei de licitações e contratos administrativos — Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021,

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133/2021. que estabelece novas normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Pública Diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e Considerando a Portaria nº 03 de 15 de janeiro de 2024, que adota os regulamentos já editados pelo executivo municipal;

Considerando que esta Câmara Municipal não dispõe de servidores do quadro efetivo ou empregados públicos no quadro permanente, com formação e conhecimentos técnicos adequados para o desempenho das funções a serem designadas através desta portaria, conforme previsão no artigo 176, inciso I da Lei n. 14.133/2021;

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA, no uso das atribuições que lhe confere na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada para exercer a função de Agente de Contratação nos processos licitatórios e contratações diretas instaurados com fundamento na Lei nº. 14.133/2021, a Sra. MARIA ALBETANIA MARTINS PORFIRIO, CPF Nº

Parágrafo Único: No âmbito da modalidade pregão, a Agente de Contratação MARIA ALBETANIA MARTINS PORFIRIO, CPF Nº 070.974.484-66 será designada pregoeira.

Art. 2º Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio, que auxiliará o Agente de Contratação / Pregoeira, na condução dos processos licitatórios e contratação direta:

Sa) JAILSON FERREIRA LUSTROSA, CPF n.º Line para o Cargo Comissionado de (Diretor de Finanças) – Membro I.

b) LETICIA VICENTE DA SILVA, CPF nº transporte de Chefe de Gabinete) = Membro II

Parágrafo Primeiro: O(A) Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

Parágrafo Segundo: O(A) Agente de Contratação convocará servidores públicos efetivos ou comissionados, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 3º A agente de contratação ficará responsável por tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como as demais atribuições elencadas pela Lei 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 05 de 12 de janeiro de 2023.

Art. 4º Em decorrência da escassez de servidores com formação e ou conhecimentos específicos na área de licitações e contratos administrativos, os servidores nomeados conforme o artigo anterior, continuarão exercendo as suas funções.

Art.5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposição em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mãe D'água, Estado da Paraíba. 03 de fevereiro de 2025

EVANDRO LUCENA SOARES

Matéria publicada em 06/02/2025, republicada por incorreção.

MESA DIRETORA

Evandro Lucena Soares PRESIDENTE Sabrina Alves da Silva VICE-PRESIDENTE Ybérica Nunes Lucena Freire PRIMEIRA SECRETÁRIA

Luciano Rodrigues Soares SEGUNDO SECRETÁRIO



REIMPRESSÃO PARA CORREÇÃO

PORTARIA Nº 10/2025.

Designa o Agente de Contratação, o Pregoeiro e designa Equipe de Apoio para as licitações nos termos da Nova Lei de licitações e contratos administrativos – Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021,

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133/2021, que estabelece novas normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Pública Diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e

Considerando a Portaria nº 03 de 15 de janeiro de 2024, que adota os regulamentos já editados pelo executivo municipal;

Considerando que esta Câmara Municipal não dispõe de servidores do quadro efetivo ou empregados públicos no quadro permanente, com formação e conhecimentos técnicos adequados para o desempenho das funções a serem designadas através desta portaria, conforme previsão no artigo 176, inciso I da Lei n. 14.133/2021;

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA, no uso das atribuições que lhe confere na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada para exercer a função de Agente de Contratação nos processos licitatórios e contratações diretas instaurados com fundamento na Lei nº. 14.133/2021, a Sra. MARIA ALBETANIA MARTINS PORFIRIO, CPF Nº 070.974.484-66, Cargo Efetivo do Município de Mãe D'agua. PORFIRIO

Parágrafo Único: No âmbito da modalidade pregão, a Agente de Contratação MARIA ALBETANIA MARTINS PORFIRIO, CPF Nº 070.974.484-66 será designada pregoeira.

- Art. 2º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio, que auxiliará o Agente de Contratação / Pregoeira, na condução dos processos licitatórios e contratação direta:
- a) JAILSON FERREIRA LUSTROSA, CPF n o 057.639.984-13 para o Cargo Comissionado de (Diretor de Finanças) - Membro I.
- b) LETICIA VICENTE DA SILVA, CPF nº 179.510.364-71, cargo comissionado de (Chefe de Gabinete) = Membro II

Parágrafo Primeiro: O(A) Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.



ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA

Parágrafo Segundo: O(A) Agente de Contratação convocará servidores públicos efetivos ou comissionados, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 3° - A agente de contratação ficará responsável por tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como as demais atribuições elencadas pela Lei 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 05 de 12 de janeiro de 2023.

Art. 4º Em decorrência da escassez de servidores com formação e ou conhecimentos específicos na área de licitações e contratos administrativos, os servidores nomeados conforme o artigo anterior, continuarão exercendo as suas funções.

Art.5°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposição em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mãe D'água, Estado da Paraíba, 03 de fevereiro de 2025

EVANDRO LUCENA SOARES
PRESIDENTE



Rua Leonardo Camboim, 01 – Mãe D'água-PB

DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Visto etc.

Declaro conforme solicitação haver previsão orçamentária, bem como disponibilidade financeira proveniente da Lei Orçamentária do ano 2025, específica para contratação de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria técnica especializada em processo de compras (licitações e contratações diretas) realizados pela Câmara Legislativa Municipal.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

A despesa com o objeto da presente Licitação correrá por conta da dotação orçamentária oriundos do Orçamento de 2025.

01.010 Câmara Municipal

FONTE RECURSO: 15001000 Recursos Livres (Ordinário) Aplicações Diretas

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 01 031 2001 2001 Manutenção das Atividades do Poder

Legislativo

ELEMENTO DE DESPESA: 000009 3390.35 99 Serviços de Consultoria

Restitua-se os autos ao setor de licitação

Mãe D'Água - PB, 04 de agosto de 2025.

DIRETOR FINANCEIRO

DEMAR

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMIZ PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, BRASILEIRA, DIVORCIADO(A), CONTABILISTA, nascido(a) em 10/08/1973, do CPF 930.586.594-15, residente e domiciliada na cidade de Patos - PB, na RUA Aroeira, nº 148, COND JARDIM FLORESTA; QUADRA E; LOTE Q;, Sete Casas, CEP: 58705-287;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade empresária limitada, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade adotará como nome empresarial: PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA, e usará a expressão PERSONA CONTAB CONSULTORIA como nome fantasia.

A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RUA AROEIRA, nº 148, COND JARDIM FLORESTA;QUADRA E;LOTE Q;SALA A;, SETE CASAS, Patos - PB, CEP: 58705287.

A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica:TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL,OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS, SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO, PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO, OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO, ATIVIDADES DE CONTABILIDADE.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, OUTRAS ATIVIDADES TREÍNAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, OÙTRAS ATIVIDADES TREÍNAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, OÙTRAS ATIVIDADES TREÍNAMENTO EM DESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO, PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO OUTRAS ADMINISTRATIVO, SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO, OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO, ATIVIDADES DE CONTABILIDADE..

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CNAE Nº 6920-6/01 - Atividades de contabilidade

CNAE Nº 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente

CNAE Nº 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CNAE Nº 8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não

especificados anteriormente CNAE Nº 8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciará suas atividades em 03/04/2025 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

O capital será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, formado por R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em moeda corrente no Pais

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

	Qtd Quotas	Valor Em R\$	%	
Nome do Sócio	10000	10,000,00	100,00	
EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA				
TOTAL:	10000	10.000,00		

A administração da sociedade será exercida pelo sócio EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMPLADAFLS.

PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA

de sua Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE

O sócio poderá, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Patos - PB, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado da Paraíba.

Patos - PB, 03 de abril de 2025

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA Sócio/Administrador



MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA consta assinado digitalmente por:

	IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)
CPF/CNPJ	Nome
93058659415	EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/04/2025 10:43 SOB N° 25201324807.

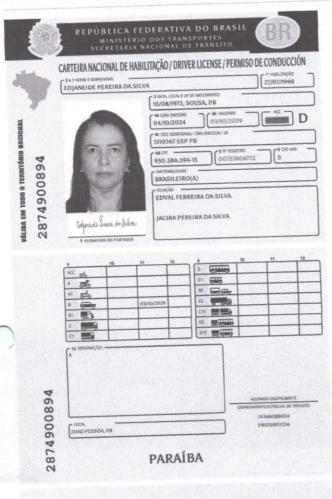
PROTOCOLO: 251567877 DE 04/04/2025.

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12505745900. CNPJ DA SEDE: 60249780000130.

NIRE: 25201324807. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 03/04/2025.

PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA

MARIA DE FATIMA VENTURA VENANCIO SECRETÁRIA-GERAL www.redesim.pb.gov.br



2 s 1, house a Gelenovine / Name and formate / location y Applieto - Promote Hability play Ford Done General Formate District of Conduct - 1, Data a Conduct - 2, Data a Conduct - 2, Data a Conduct - 3, Data



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO/SENATRAN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

ÚMERO DE INSCRIÇÃO 0.249.780/0001-30 IATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL DATA DE ABERTUR 04/04/2025				
OME EMPRESARIAL	ONSULTORIA LTDA				
TULO DO ESTABELECIMENTERSONA CONTAB CO	TO (NOME DE FANTASIA) DNSULTORÍA				PORTE ME
código e descrição da A 85.99-6-04 - Treinamer	TIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL nto em desenvolvimento profission	nal e gerencial			
69.20-6-01 - Atividades 74.90-1-99 - Outras ati 32.11-3-00 - Serviços o 32.19-9-99 - Preparaçã	vidades profissionais, científicas e combinados de escritório e apoio a to de documentos e serviços espe vidades de ensino não especificado	cializados de apoio			os
206-2 - Sociedade Em	presária Limitada	NÚMERO	COMPLEMENT	0	
LOGRADOURO R AROEIRA		148	COND JAR	DIM FLORESTA	QUADRAE
CEP 58.705-287	BAIRRO/DISTRITO SETE CASAS	MUNICÍPIO PATOS			UF PB
ENDEREÇO ELETRÓNICO PERSONACONTABA	SSESSORIA@GMAIL.COM	TELEFONE (83) 9894-6	6077/ (0000) 000	0-0000	
ENTE FEDERATIVO RESPO	NSÁVEL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO 04/04/2025	CADASTRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CA	DASTRAL				
				DATA DA SITUAÇÃO	ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 04/07/2025 às 07:10:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Data da consulta: 11/07/2025 14:30:13

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: 60.249.780/0001-30

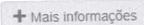
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA



Situação Atual

Situação no Simples Nacional: Optante pelo Simples Nacional desde 04/04/2025 Situação no SIMEI: NÃO enquadrado no SIMEI



Voltar

Gerar PDF



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA



ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E **FUNCIONAMENTO**

Número: 1000006774

Razão Social: PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA

Nome Fantasia: PERSONA CONTAB CONSULTORIA

CNPJ: 60.249.780/0001-30

Inscrição Municipal: 1000006774

Atividade Principal: 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Não exerce no

endereco)

Atividade(s) Secundárias: 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente (Não exerce no endereço), 8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente (Exerce no endereço), 6920-6/01 -Atividades de contabilidade (Exerce no endereço), 8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente (Não exerce no endereço), 8211-3/00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (Exerce no endereço)

Município: Patos Endereço: RUA AROEIRA, 148, 148, COND JARDIM FLORESTA; QUADRA E; LOTE

Q;SALAA;, SETE CASAS

CEP: 58705287

Local e data: Município de Patos, quinta, 08 de maio de 2025

Vencimento:

ADILSON DA SILVA SANTOS

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Observação

Código de Autenticidade: 25OS5BTDDH

EMITIDO PELO FUNCIONÁRIO LEONARDO GUEDES DOS SANTOS

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial



ESTADO DA PARAÍBA REFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - S FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA - CNPJ: 13.654.396/0001-32

LICENÇA MUNICIPAL SIMPLIFICADA

NÚMERO LMS - 015/2025

A SEMADS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.064/2011, de 02/12/2011 que altera o Código Municipal de Meio Ambiente nº 3.486 de 09 de maio de 2006, concede a presente Licença Ambiental acima discriminada, nas condições especificadas.

I – DADOS DO EMPREENDIMENTO

Nome ou razão social PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA	CNPJ/CPF 60.249.780/0001-30 MATRIZ
Endereço da Empresa: RUA: AROEIRA, Nº 148, COMPLEMENTO: COND JARDIM FLORESTA QUADRAE LOTE Q SALA A BAIRRO: SETE CASAS, CEP: 58.705-287, PATOS - PB	Coordenadas geográficas 07° 0'57.78"S 37°15'27.09"O
Atividade licenciada Principal 85.99-6-04 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFI	SSIONAL E GERENCIAI

(ESCRITORIO)

II - CONDICIONANTES

- 1 Esta Licença é válida pelo período de 730 dias, a contar da presente data, conforme processo SEMADS nº 099/2025, observando as condições deste documento e seus anexos que, embora não transcritas são partes integrantes do mesmo. Este documento não contém emendas nem rasuras;
- 2 A renovação desta licença deverá ser requerida no mínimo 120 dias antes do prazo de validade da vigência desta licença, de acordo com a RESOLUÇÃO CONAMA 237/1997;
- 3 Esta licença diz respeito à análise de viabilidade ambiental de competência da SEMADS, devendo o empreendedor obter a Anuência e ou/ Autorização das outras instâncias no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, quando couber, para que alcance seus efeitos legais;
- 4 Fixar placa com identificação da atividade licenciada, conforme modelo fornecido pela SEMADS.

Os demais condicionamentos referentes a esta licença estão descritos no verso deste documento.

VENCIMENTO: 12/06/2027

Patos-PB, 12 de junho de 2025

ALEX WAGNER MENDES CARDOSO

Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável RUA: ALUIZIO LIMA, Nº 222, BAIRRO: SALGADINHO, PATOS - PB - CEP: 58706.590



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - S

CONDICIONANTES

LICENÇA MUNICIPAL SIMPLIFICADA - LMS - N.º 015/2025 - PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA

 Requerer junto à SEMADS, autorização de qualquer modificação no projeto analisado e aprovado neste órgão;

 Armazenar os resíduos recipientes fechados e em área coberta, e destinar os materiais recicláveis a serviços de coleta seletiva prestado por cooperativas ou associações populares de coleta seletiva, conforme a Lei Municipal 4.314/2013;

 Armazenar os resíduos recipientes fechados e em área coberta, e destinar resíduos sólidos para serviço especializado que tenha destinação e local de disposição final ambientalmente adequada;

8. É de responsabilidade da empresa a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, conforme o artigo 33 §3 da Lei 12.305/2010;

 Instalar o sistema de tratamento de destinação e efluentes, conforme as normas da ABNT NBR 17076/2024 com destinação para galeria pluvial. O esgoto tratado deverá estar em conformidade com a Resolução CONAMA 430/2011;

10. Manter atualizado o Certificado do Corpo de Bombeiros;

11. Atender as exigências e recomendações previstas na legislação Federal, Estadual e Municipal de cunho ambiental e urbanístico, notadamente o Código do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município;

12. Esta licença não autoriza ou se responsabiliza pela utilização de espaço ou de passeio público;

13. Manter esta licença, bem como cópia dos documentos relativos ao cumprimento dos condicionantes ora estabelecidos, disponível à fiscalização da SEMADS e aos demais órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

14. O não atendimento às condicionantes supracitadas sujeitará o interessado às sanções previstas na legislação ambiental em vigor, bem como à cassação da LMS (Licença Municipal de Simplificada).

VENCIMENTO: 12/06/2027

Patos-PB, 12 de junho de 2025

COLUMN TWO STATES OF THE PARTY OF

ALEX WAGNER MENDES CARDOSO

Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

RUA: ALUIZIO LIMA, N° 222, BAIRRO: SALGADINHO, PATOS - PB - GER. 58706.590

66





Conselho Regional de Contabilidade da PARAÍBA

ALVARÁ DE ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL DE SOCIEDADE

O Conselho Regional de Contabilidade da PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto-Lei nº. 9.295/46, expede o presente Alvará de Organização Contábil, para que surta os efeitos legais.

REGISTRO Nº PB-001583/O-0

IDENTIFICAÇÃO:

DENOMINAÇÃO....:

PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA

NOME DE FANTASIA...:

PERSONA CONTAB CONSULTORIA

CATEGORIA::

SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL (SLU)

CNPJ:

60.249.780/0001-30

ENDEREÇO::

R AROEIRA, 148 COND JRD FLORESTA, SETE CASAS - 58705-287

ATIVIDADES:

TITULAR / SÓCIOS / RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

REGISTRO

PB-004738/O-2

NOME

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

CATEGORIA TÉCNICO EM CONTABILIDADE TIPO DE VÍNCULO

SOCIO / Resp. Técnico

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 12/07/2025 as 09:30:27.

Código de Controle: 0430.9071.7579.2687.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 60.249.780/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:01:42 do dia 12/06/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/12/2025.

Código de controle da certidão: 4C81.0C6B.FFE3.1626 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ



CERTIDÃO

CÓDIGO: A661.C46F.6473.4AFB

Emitida no dia 12/06/2025 às 11:02:46

Identificação do requerente: CNPJ/CPF: 60.249.780/0001-30

R.G.

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação REGULAR perante a Fazenda Pública Estadual, com relação a débitos fiscais administrativos definitivamente constituídos e inscritos em Dívida Ativa. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço Validar Certidão de Débito na página www.sefaz.pb.gov.br.

OBS: Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado no estado da Paraíba, ressalvada quando a licitação se referir à prestação de serviço de transporte entre municípios com características urbanas no âmbito das regiões metropolitanas no estado da Paraíba, reconhecida por Lei específica.

> Válida com a apresentação conjunta do cartão de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. Certidão de Débito emitida via 'Internet'.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS



SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

Diretoria de Administração Tributária

End.: Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 91, Centro, Patos, Paraiba, CEP: 58.700-020

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, em cumprimento ao despacho exarado no PROCESSO Nº null e com base na legislação em vigor, que o contribuinte mencionado abaixo, está quite com os tributos do cadastro mercantil até a presente data: 12/06/2025

Contribuinte: PERSONA CO	ONTAB CONSULTORIA	Inscrição Mercantil: 1000006774 Sequencial: 358228 Referência Loteamento:		
Localização:	RUA AROEIRA, 148, E;LOTE Q;SALA A; PONTO DE REFEREI	Cadastro Imobiliário:		
Natureza:	ributos Mercantis		Inscrição Imobiliária:	
Razão Social:	CONTAB CONSULTOR	IA LTDA		
CNI	PJ/CPF	Inscrição Estadual	Inscrição Mercantil	
60.249.7	780/0001-30		1000006774	
7490-1/99 -	MENTE	TABILIDADE PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉ DOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMII		
Início Atividade	: 04/04/2025	Validade: 1	1/08/2025	
Observações: Va	álido por 59 dias.			
		Assinatura(s) do(s) Responsável(is)		

Para validar a autenticidade desse documento acesse o Portal do Contribuinte.

https://gestor.tributosmunicipais.com.br/redesim/prefeitura/patos//views/publico/portaldocontribuinte/publico/autenticacao/autenticac ao.xhtml

297A8CD4C1E4B475DC9984F71CD751637CA7E3C6

Pagna:1de1

69

Comprovantes de regularidade da contratada. Doc. 121396/25. Data: 25/09/2025 15:57. Responsável: Evandro L. Soares. Impresso por convidado em 01/10/2025 11:12. Validação: E159.ECC5.9C62.36C7.46B4.9586.B7EE.9582.

Voltar

Imprimir





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

60.249.780/0001-30

Razão

PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA

Social: Endereço:

R AROEIRA 148 / SETE CASAS / PATOS / PB / 58705-287

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/07/2025 a 19/08/2025

Certificação Número: 2025072109506425133508

Informação obtida em 21/07/2025 09:50:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

Página 1 de 1





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 60.249.780/0001-30 Certidão nº: 32586175/2025

Expedição: 12/06/2025, às 13:14:27

Validade: 09/12/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 60.249.780/0001-30, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES

Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB) Telefone: (83) 3216-1440



CERTIDÃO NEGATIVA

FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 60.249.780/0001-30

Razão Social: PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA

Nome Fantasia: NAO INFORMADO

Certidão emitida às 07:12 de 04/07/2025.

Validade 30 dias

- Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
- O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
- Esta certidão não tera validade para fins de instrução de processos judiciais, exceto ANTECEDENTES
- A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
- A pesquisa foi realizada nos seguintes sistemas processuais: PJE1G.

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao e insira o código de validação: osKF.Avzj. Você pode também ler o codigo QR apresentado no cabeçalho.





CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO DE EMPRESA

ESTADO O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARAÍBA certifica que a Organização Contábil identificada no presente documento encontra-se habilitada para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

DENOMINAÇÃO....: PERSONA CONTAB CONSULTORIA LTDA

NOME FANTASIA..: PERSONA CONTAB CONSULTORIA

REGISTRO.....: PB-001583/O-0

CATEGORIA.....: SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL (SLU)

CNPJ.....: 60.249.780/0001-30

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 21/07/2025 as 10:52:00.

Válido até: 19/10/2025.

Código de Controle: 5654.7590.7110.6929.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL



O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....: EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

REGISTRO.....: PB-004738/O-2

CATEGORIA.....: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

CPF.....: ***.586.594-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARAÍBA, 16/07/2025 as 09:29:58.

Válido até: 14/10/2025.

Código de Controle: 1233.7552.9199.5880.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPB.



CURRICULUM



Edjaneide Pereira da Silva 2025

Edjaneide Pereira da Silva.



Objetivo

Especialista na área pública, Consultoria, Assessoria e Treinamento na área de Licitações e Convênios e Controle Interno.

Experiência

Câmara Municipal de Mãe D'água Mãe D'agua -PB 2024-2024 serviços de realização de treinamento "in loco" sobre licitações e contratos com foco na Lei n. 14.133/2021 de servidores desta Câmara Legislativa.

Patos Edja Consultoria e Assessoria EIRELI 2023-2023 Ministração de Cursos de Capacitação e Treinamentos

OPAC-PB - Ordem dos Pregoeiros e Agentes de Contratação da Paraíba 2023-2023

Instrutora e Palestrante de Cursos de Atualização e Transição da NLLC 14.133/2021, oferecidos aos servidores públicos municipais,

Prefeitura Municipal de Maturéia Maturéia-PB 2020-2020 Serviços técnicos especializados em administração pública na área de consultoria e assessoria contábil de licitações e convênios.

Sousa-PB 2013-2016 Prefeitura Municipal Sousa

Responsável pelo setor de convênios do município, trabalhando como Gerente Municipal de Convênios e Contratos Repasse, responsável pela alimentação de projetos e execução e Prestação de Contas de convenio e Contrato Repasse no sistema SICONV.

Ministério da Saúde - CNSB Brasília-DF 2013-2014

- Assessoria e Consultoria em Licitações e Convênios na área da Saúde, orientando na execução das ações de Saúde Bucal nos estados e municípios executadas através de convênios federais;
- Apoio técnico à Coordenação Nacional de Saúde Bucal nos processos de gestão de contratos, aquisição e distribuição de equipamentos e materiais para a implantação de Equipes de Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família.
- Apoio técnico à Coordenação Nacional de Saúde Bucal na elaboração dos termos de referencias, aquisição e distribuição de equipamentos e materiais para a implantação de Equipes de Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família.

Câmara Municipal de São José Espinhares -PB 2014-2014

Assessoria e Consultoria em Licitações. Contratada como Pregoeira;

Brasília-DF Ministério da Saúde - CNSB 2010-2010

- Assessoria e Consultoria em Licitações e Convênios na área da Saúde, orientando na execução das ações de Saúde Bucal nos estados e municípios executadas através de convênios federais;
- Apoio técnico à Coordenação Nacional de Saúde Bucal nos processos de gestão de contratos, aquisição e distribuição de equipamentos e materiais para a implantação de Equipes de Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família.
- Apoio técnico à Coordenação Nacional de Saúde Bucal na elaboração do termos de

referencias, aquisição e distribuição de equipamentos e materiais para a inflantação de Equipes de Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família.

2010-2010 ABO Nacional-Associação Brasileira de Odontologia
Brasília-DF

 Realização de cinco módulos de Curso Básico de Licitações e Assessoria e Consultoria em Licitações e Convênios, voltadas para aquisição de insumos, serviços e materiais para uso na área de Saúde Bucal

2010-2010 ASDICA- AÇÃO SOCIAL DA DIOCESE DE CAJAZEIRAS -PARAIBA Cajazeiras-PB

Assessoria e Consultoria em Licitações e Convênios

2009-2009

Prefeitura Municipal de Condado

Condado-PB

77

DEMA

- Assessoria e Consultoria em Licitações, Contratos e Convênios;
- Elaboração de editais;

2005-2008

Prefeitura Municipal de Patos

Patos-PB

- Assessoria e Consultoria em Licitações, Contratos e Convênios
- Realizando treinamento da Comissão, e orientação na elaboração de editais

2005-2008

Prefeito Municipal do Lastro

Lastro - PB

Assessoria e Consultoria em Licitações, Contratos e Convênios;

2005-2008

Prefeitura Municipal de Mãe D'água

Mãe D'água- PB

Assessoria e Consultoria em Licitações, Contratos e Convênios;

2006-2008

Prefeitura Municipal de Teixeira

Teixeira-PB

Assessoria e Consultoria em Licitações, Contratos e Convênios;

2007-2008

Prefeitura Municipal de Santa Inês

Santa Inês- PB

Assessoria e Consultoria em Licitações, Contratos e Convênios

2008-2008

Prefeitura Municipal de Diamante

Diamante-PB

Assessoria e Consultoria em Licitações,

Treinamento na realização de licitação na modalidade Pregão

2008-2009

Prefeitura Municipal de Matureia

Matureia- PB

Assessoria e Consultoria na elaboração de editais de Licitações, Contratos e Convênios;

2006-2006

Prefeitura Municipal de São Bento

São Bento-PB

Assessoria e Consultoria na elaboração de editais na modalidade Pregã

2002-2002

Prefeitura Municipal de Taperoá

Taperoá-

Assessoria e Consultoria em Licitações

1998-2004

Prefeitura Municipal de Sousa

Sousa-PB

Presidente da Comissão de Licitação e de Comissão de Pregão

Formação

2022-2023 - União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda.-UNISEPE EMD – Escola Mineira de Direito Amparo-SP

Pós-Graduação - Especialização em Licitações e Contratos

com duração de 6 (seis) meses e carga horária de 360 h/a

2008 Centro Universitário de João Pessoa-UNIPÊ João Pessoa - PB

Pós-Graduação - Especializanda em Direito Administrativo e Gestão Pública.

1999–2005 Universida

Universidade Federal de Campina Grande

Cajazeiras - SP

· Licenciatura em Geografia.

1989 - 1991

Colégio Cônego José Viana

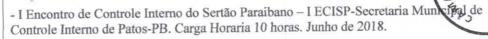
Sousa-PB

Curso Técnico em Contabilidade

Cursos de Aperfeiçoamento

- Curso Licitações e Publicas com duração de 60(sessenta)horas 3R Capacita período: 22.03.2021 á 17.07.2021;
- Curso Nova Lei de Licitações Lei nº 14.133/2021 com duração de 65(sessenta e cinco) horas 3R Capacita período 22.03.2021 á 03.01.2022
- Curso Nova Lei de licitações e contratos administrativos Lei 14.133/2021 e abordagens introdutórias à governança e Compliance Público – na forma hibrida – OAB Patos. Período 13,14,15 de Maio de 2021 – duração de 20(vinte) horas.
- Curso Compras da Agricultura Familiar por órgão Públicos (PAA Compra Institucional). Ministério da Cidadania. Modalidade a distância. Carga Horaria 20 horas. Janeiro/2020.
- Curso Prevenção e Detecção de Cartéis em Licitações (Turma NOV/19). Dezembro/2019.
 Carga Horaria: 40 horas. Abril/2018. Escola Nacional de Administração Pública ENAP.
- Minicurso "Como construir o processo de Inexigibilidade para serviços de Assessoria e Consultoria em Contabilidade Pública e Contrato de Prestação de Serviços para Entidades Pública." Carga Horaria: 04horas. Conselho Regional de Contabilidade-PB. Dezembro/2018.
- Curso de Formação de Pregoeiros(Turma ABR/2018).
 Carga Horaria: 20 horas.
 Abril/2018. Escola Nacional de Administração Pública ENAP
- Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos(Turma MAR/2018). Carga Horaria: 40 horas. Abril/2018. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.
- Curso Estruturação, Implantação e Funcionamento de Sistemas de Controle e Controladorias 1

4 Macrofunções. Carga Horaria: 24horas/aulas. Equipe Gestão Publica – Joao Dessoa Janeirroo de 2018.



- Curso a distância Controles na Administração Pública, pelo Instituto Serzedello Corrêa
 Escola Superior do Tribunal de Contas da União. Carga horária: 30 horas. Dezembro 2017.
- Curso Elaboração de Termo de Referencia. EGP Online. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Carga Horaria: 4horas. Outubro/2017
- Curso presencial Responsabilização de Pessoa Jurídica Lei 12.846/2013- Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – Corregedoria Geral da União. Carga horária: 15 horas. Setembro 2017. Joao Pessoa-PB
- Workshop de Capacitação "Gerente Municipal de Convênios e Contratos (GMC)" ministrado pela Caixa Econômica Federal, com duração de 4 h. Maio/2017.
- Encontro da Transição e Gestão Municipal. Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Carga Horaria: 06 horas. Novembro/2016.
- Turma 4/2016 SICONV para Convenentes 5 Prestação de Contas 10Horas/aula - Julho de 2016
 Escola Nacional de Administração Pública - ENAP
- SINCASP Simpósio Nacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
 32Horas/aula Maio de 2016
 Conselho Regional de Contabilidade CRC-PB

Turma 1/2016- Capacidades – Programa Nacional De Capacitação Das Cidades – Ministério Das Cidades. 50Horas/aula - Fevereiro de 2016 CURSO:Obras Públicas de Edificação e de Saneamento - Módulo Planejamento -

- Seminário de Sistema de Registro de Preços e Seu Uso como Instrumento de Gestão Pública
 07 Horas/aula Maio de 2016
 ENAP Escola Nacional de Administração Publica
- SINCASP Simpósio Nacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
 Horas/aula Julho de 2015
 CRC-PB e TCE-PB
- V Curso de OBTV e Prestação de Contas SICONV
 20 Horas/aula Dezembro de 2014
 Federação das Associações dos Municípios da Paraíba João Pessoa-PB
- Treinamento operacional para utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, módulos: CATMAT, CATSER, SICAF CONSULTA, SIDEC, DIVULGAÇÃO DE COMPRAS, IRP, SISPP, SISRP E COTAÇÃO ELETRÔNICA, realizado em Brasília/DF. Setembro/ Outubro de 2014. Carga horária de 20 horas.-Departamento de Logística e Serviços Gerais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG – Brasília-DF
- Curso de Aperfeiçoamento em Administração Pública.
 208 hora/aula
 TCE_PB-Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
 João Pessoa- PB
- "Rumo a uma cultura de acesso a informação: a Lei 12.527/2011 22ª Edição -

10 hora/aula - Novembro de 2014 - Controladoria Geral da União

- Curso a distância Prestação de Contas de Convênios, pelo Instituto Serzedello Corres Escola Superior do Tribunal de Contas da União. Carga horária: 30 horas. Abril/2011

- Curso a distância *Licitações e Contratos Administrativos, pelo* Instituto Serzedello Corrêa *Escola Superior do Tribunal de Contas da União.* Carga horária: 30 horas. Abril/2011
- Palestra sobre "As Inovações Acrescidas às Modalidades de Licitações", no IV Encontro de Capacitação para Administração Pública", promovida pela empresa Clair & Leitão Contabilidade Publica Ltda. Carga Horaria:4horas. Novembro/2010.
- V Curso de Formação de Pregoeiros e Lei Complementar 123/2006
 Horas/aula março de 2008
 Confederação Nacional dos Municípios e Federação das Associações dos Municípios da Paraíba
- Capacitação e Formação de Pregoeiros, Sistema de Registro de Preços SRP e Atualização da LC 123/2006, Incluindo o Novo Decreto 6.204/07 e o Projeto-Lei nº 7.709/07.
 12 horas/aula – dezembro de 2007
 Negócios Públicos Eventos
- Curso Análise e Melhoria de Processos
- 35 hora/aula Julho 2007
- ENAP-Escola Nacional de Administração Pública
- Curso Ética no Serviço Público
 10 horas/aula Abril 2007
- Projeto Eurobrasil 2000 "Apoio à Modernização do Aparelho do Estado e ENAP Escola Nacional de Administração Pública
- Curso de Formação de Pregoeiros do Portal Cidade Compras
 12 Horas/aula Março de 2007
 Confederação Nacional dos Municípios e Federação das Associações do Municípios da Paraíba
- Curso Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos 16 horas/aula – Fevereiro 2007
 ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
- Curso de Formação de Pregoeiros modalidade ensino a distância 30 horas/aula – julho 2007 SIASG E SERPRO
- Curso Sistema de Licitação na Modalidade Pregão 24 hora/aula - Agosto de 2006
 TREIDE Treinamento e Desenvolvimento

Dados Pessoais Edjaneide Pereira da Silva Endereço: Rua Aroeira, Qu

Endereço: Rua Aroeira, Quadra E Lote Q, casa 148 – Condomínio Jardim Flores-Bairro Sete Casas – Patos-PB

Contabilista, Inscrita no CRC-PB sob nº 4738 Fone: (83) 98144-5784/99894-6077

Com a EC nº 19/98, a Administração Pública contemporânea, passa a basilar seus atos, além dos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade e Publicidades, ao princípio da eficiência, para que os serviços públicos prestados à população atinjam seu fim com perfeição. E para isso é essencial a CAPACITAÇÃO dos seus agentes.

Edja Silva



Especialista na área pública, Consultoria, Assessoria e Treinamento na área de Licitações e Convênios e Controle Interno.

OBJETIVO

Principalmente aperfeiçoar os desempenhos das instituições públicas e de suas equipes através da transmissão de conhecimento por meios de cursos de capacitações e aperfeiçoamentos



ENDEREÇO

Rua Aroeira, 148 -Condomínio Jardim Floresta - Bairro 7 Casas Patos-PB



TELEFONE

(83) 999894-6077



EMAIL

edjapss@gmail.com



REDE SOCIAL

@ edianeideedia

EXPERIÊNCIA

2006 - 2023

Administradora • Edja Consultoria e Assessoria EIRELI • Patos-PB

- Palestrante Oficial da empresa Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento;
 2023 2023 OPAC Ordem dos Pregoeiros e Agente de Contratação do Estado da Paraíba João Pessoa-PB
- Instrutora e Palestrante

2023 - 2023 Clair & Leitão Contabilidade Pública Patos-PB

- Palestrante Licitação e sua influência no setor contabilidade
 2020-2020 Prefeitura Municipal de Maturéia Maturéia-PB
 - Serviços técnicos especializados em administração pública na área de consultoria e assessoria contábil de licitações e convênios.

2013-2016 Prefeitura Municipal Sousa

 Responsável pelo setor de convênios do município, trabalhando como Gerente Municipal de Convênios e Contratos Repasse, responsável pela alimentação de projetos e execução e Prestação de Contas de convenio e Contrato Repasse no

Sousa-PB

sistema SICONV. 2015-2-15 – Prefeitura Municipal de São Jose de Espinharas – S. J. Espinharas-PB Serviços técnico como Pregoeira, assessoria em licitação

2013-2014

Ministério da Saúde - CNSB

Brasília-DF

- Apoio técnico à Coordenação Nacional de Saúde Bucal nos processos de gestão de contratos, aquisição e distribuição de equipamentos e materiais para a implantação de Equipes de Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família. 2010-2010 ABO Nacional-Associação Brasileira de Odontologia Brasília-DF
- Realização de cinco módulos de Curso Básico de Licitações e Assessoria e Consultoria em Licitações e Convênios, voltadas para aquisição de insumos, serviços e materiais para uso na área de Saúde Bucal

2010-2010 ASDICA- AÇÃO SOCIAL DA DIOCESE DE CAJAZEIRAS - Cajazeiras-PB

Assessoria e Consultoria em Licitações e Convênios

FORMAÇÃO

2022-2023 - União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda.-UNISEPE EMD - Escola Mineira de Direito Amparo-SP

- Pós-Graduação Especialização em Licitações e Contratos com duração de 6 (seis) meses e carga horária de 360 h/a
 2008 Centro Universitário de João Pessoa-UNIPÊ João Pessoa - PB
- Pós-Graduação Especializanda em Direito Administrativo e Gestão Pública.
 1999–2005 Universidade Federal de Campina Grande Cajazeiras SP
- Licenciatura em Geografia.

1989 – 1991 Colégio Cônego José Viana

Sousa-PB

· Curso Técnico em Contabilidade

REFERÊNCIAS

[Disponível mediante solicitação.]

Licitações e Nova Lei de Contratos CURSO COMPLETO

eabstainidu Certificamos que sos le los 1-1

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

portador do CPF nº 930.586.594-15, participou como aluno do Curso Completo Nova Lei de Licitações e Contratos, Módulo I - Visão Geral da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021), perfazendo 30 horas de conteúdo ministrado (videoaulas, lives, minutos de reforço, leituras e avaliação) e, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais, outorgamos-lhe o presente certificado.

- Habilitação, Recurso, Adjudicação e Homologação

São Paulo, 15 de junho de 2023

malandadiaturing Herange ples Profa. Dra. Márcia Walquiria B. dos Santos 11 - Crimes na MLLC e Resolução de Controvérsias Profa. Me. Alessandra M. C. Sales Profa. Dra. Ana Carla Bliacheriene

Dr. Edilberto Carlos Pontes Lima

Presidente do Instituto Rui Barbosa

Carga horária em Aulas, Lives, Atividade Avaliativa: 30 horas

Prof. Dr. Luciano Vieira de Araújo Coordenador

TRIBUNAL CONTAS CONTANT CONTASTORIA

Tribunal | de Contas | es sumerons se são muno

























CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

participou com aproveitamento do curso de nova lei de licitações e contratos pelos professores Clarissa Lima, Danilo Almeida, Isabela Lessa, Fernanda Marinela e administrativos - Lei 14.133/2021 - e abordagens introdutórios à governança e dias 13, 14 e 15 de Maio de 2021 - com duração de 20 (vinte) horas e aulas ministradas Compliance público - realizado de forma hibrida em parceria com OAB Patos durante os Mariana leles.

INTEGRE





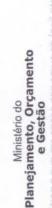
Escola Nacional de Administração Pública

Certificado

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA**,

Turma 4/2016 - Siconv para Convenentes 5 - Prestação de Contas, realizado no período de 07/06/2016 a 04/07/2016, CPF 930.586.594-15, concluiu o curso com carga-horária de 10 horas.

Presidente - Escola Nacional de Administração Pública Francisco Gaetani





Pals de Orig

Escola Nacional de Administração Pública

CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, nascido(a) em 10 de agosto de 1973, CPF 930.586.594-15, concluiu o curso Formação de 03/04/2018 a 24/04/2018, com carga-horária de 20 horas. Pregoeiros (Turma ABR/2018), realizado no período de

Francisco Gaetani

Presidente - Escola Nacional de Administração Pública





85

DE

Escola Nacional de Administração Pública

Certificado

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA,

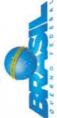
CPF 930.586.594-15, concluiu o curso

realizado no período de 27/09/2016 a 17/10/2016, Turma 5/2016 - Controle Social, com carga-horária de 20 horas.

Francisco Gaetani

Presidente - Escola Nacional de Administração Pública





Histórico do Participante

LICITACÕES E CONTRATOS 5º CICLO DE CAPACITAÇÃO EM

Certificado de Participação

ertificamos que Edjaneide Pereira da Silva participou da acão de apacitação do 5º CICLO DE CAPACITAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS, Pública, no período de 14 16 de setembro de 2021 com carga horária de 24 horas. omovido pelo Ministério da Justiça e Segurança

Brasília, 17/05/2022

Débora de Souza Januário

Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos CAMARA MIC

Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública Ana Cristina Melo Santiago

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DE

SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

87

Escola Nacional de Administração Pública

YET-180101 canaminated shall stad

AVITALIAVA BOACO

CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, nascido(a) em 10 de agosto realizado no período de 27/03/2018 a 01/05/2018, com carga-Fiscalização de Contratos Administrativos (Turma MAR/2018), de 1973, CPF 930.586.594-15, concluiu o curso Gestão e horária de 40 horas.

√ Francisco Gaetani Presidente - Escola Nacional de Administração Pública

ebteupes à sbooks o obnezesos absymptitutivisitations sur a rat ab

88

DIA INTERNACIONAL DE

CORRUPÇAO COMBATEA

CERTIFICADO

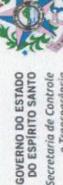
Certificamos que EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA participou do(a) Webinar Dia Internacional de Combate à Corrupção em Evento online, durante o período de 09/12/2020 a 09/12/2020, com carga horária de 3 hora(s).

Edmar Moreira Camata

Secretário de Estado de Controle e Transparência







DO ESPÍRITO SANTO e Transparência Secretaria de Controle

Realização

90

Anexo - Certiicados 1. Doc. 121396/25. Data: 25/09/2025 15:57. Responsável: Evandro L. Soares. Impresso por convidado em 01/10/2025 11:12. Validação: 41FE.F1DD.1F03.7E88.0E62.A226.7F14.C872.



Informação

Anexo - Cerdii Airtual da CGU Anexo - Consciendo Contendo Contendo Contendo CGU Airtual da CGU Anexo - Cerdii Airtual da CGU A

Vodulo I - Marco teórico conceitual e Eftura de transparência e acesso à

Offormação pública pertence à sociedade propriência do acesso às informações públicas Pormação pública 15/9052 que é acesso à informação pública?

cesso à informação; direito de todos informação; direito de todos direitos que norteiam as leis de acesso cogaracterísticas de um regime de acesso de enefícios do acesso à informação direitorico recente do acesso à informação direitorico passil

Scood II - Lei Brasileira de Acesso à version of the control of the contro

by brangência e vigência da Lei
Coliretrizes para aplicação da Lei
Coliretrizes para aplicação da Lei
Coliretrizes para aplicação da Lei
Coliretrizes para ativa e transparência passiva

acceções ao direito de acesso

Mecanismos de garantía do acesso: recursos Responsabilidade dos agentes públicos Serviço de Informações ao Cidadão

Plassificação da informação

CERTIFICADO

pela "Rumo a uma cultura de acesso a informação: a Lei Certificamos que Edjaneide SILVA participou do curso Controladoria-Geral da União, no período de 29/10/2014 12.527/2011 - 22ª Edição", oferecido a 12/11/2014, totalizando 10 horas de estudo.

Brasília, 12 novembro 2014

Código verificador: Wfzxow3cGi

Sérgio Nogueira Seabra

AIS RICO E PAIS SEM POBREZA Secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção





Anexo: Certificados Impresso por convidado

Mondalo I - Marco teórico conceitual e 2000 de transparência e acesso à 2000 de cacesso à miformação pública cacesso à informação pública?

Offormação pública pertence à sociedade onportância do acesso às informações públicas

informação: direito de todos informação: direito de todos seesso à informação: direito de todos seesso a seesso de mortejam as leis de acesso como de 15.00 de 15.00

Seconda J. Lei Brasileira de Acesso à

Aransparência ativa e transparência passiva exceções ao direito de acesso

Mecanismos de garantia do acesso; recursos Serviço de Informações ao Cidadão Classificação da informação

Responsabilidade dos agentes públicos

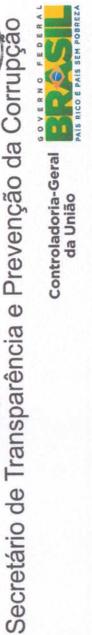
CERTIFICADO

"Rumo a uma cultura de acesso a informação: a Lei Certificamos que Edjaneide SILVA participou do curso 12.527/2011 - 22ª Edição", oferecido pela Escola Virtual Controladoria-Geral da União, no período de 29/10/2014 distância a 12/11/2014, totalizando 10 horas de estudo. CGU, plataforma de ensino a

Brasília, 03 março 2015

Código verificador: 5xr0g7TECe

Sérgio Nogueira Seabra



Controladoria-Geral

œ

PROGRAMA

CAPACITAÇÃO

DAS CIDADES



Certificado

Certificamos, para os devidos fins que

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

participou da atividade: Obras Públicas de Edificação e de Saneamento - Módulo Planejamento - Turma 1/2016 realizado pelo Ministério das Cidades, CNPJ 05.465,986/0003-50, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades em parceria com o Tribunal de Contas da União - TCU,

no(s) dia(s) 22/02/2016 a 11/04/2016, na modalidade a distância, carga horária de 50 horas, na condição de

Participante.







ERA

Ministério das Cidades



CERTIFICADO

Certificamos que Edjaneide Pereira Da Silva concluiu com êxito curso Nova Lei de Licitações - Lei nº 14.133/2021 (65 horas), com duração total de 65 horas

STATUS: APROVADO

PERÍODO: 22/03/2021 à 03/01/2022

NÚMERO DE SÉRIE: 8584-797202107

CPF: 93058659415



CERTIFICADO



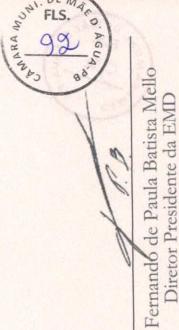
A Escola Mineira de Direito certifica que

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

participou do evento: 1º Congresso Brasileiro para Pregoeiros e Agentes Públicos envolvidos em Licitações e Contratos,

realizado na modalidade online nos dias 07 a 10 de Novembro de 2022, com carga horária de 12 horas-aula.

Varginha, 10 de Novembro de 2022



ERTIFICADO



A Escola Mineira de Direito certifica que

EDJANEIDE PEREIRA

participou do evento: 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, realizado na modalidade online nos dias 27 a 30 de Junho de 2022,

com carga horária de 16 horas-aula.

Varginha, 01 de Julho de 2022



Fernand6 de Paula Batista Mello Diretor Presidente da EMD



:apacitação

**Security of the property of

Vinicius Ofiveira Botelho E GESTÃO DA INFORMAÇÃO SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO

CIN-195716



CERTIFICADO

O Instituto Serzedello Corrêa certifica que EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

participou do curso a distância Controles na Administração Pública.

Conteúdo programático: prestação de contas, controle na administração pública, controle externo, controle interno e controle social

Carga horária: 30 horas

Brasília/DF, 27 dezembro 2017

Moure Let Holomy

MAURICIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY
Diretor-Geral

INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO









Certificado

A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão certifica que **EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA**

atuou como participante, da 2º Turma de Ensino a Distância sobre Compras e Contratações Públicas Sustentáveis na Administração Federal, realizado entre os dias 08 de outubro a 09 de novembro de 2010, com carga horária de 60 horas.



99



de treinamento

CERTIFICAMOS QUE

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

participou do Curso Operacional no Portal de Compras Públicas - Módulo de Planejamento, pelo Portal de Compras Públicas com carga horária de 02 horas, realizado no dia 25/2/2025.

Brasília - DF, 21 de Março de 2025.



DE MAR O AGUA

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO

CONTAS DA UNIÃO

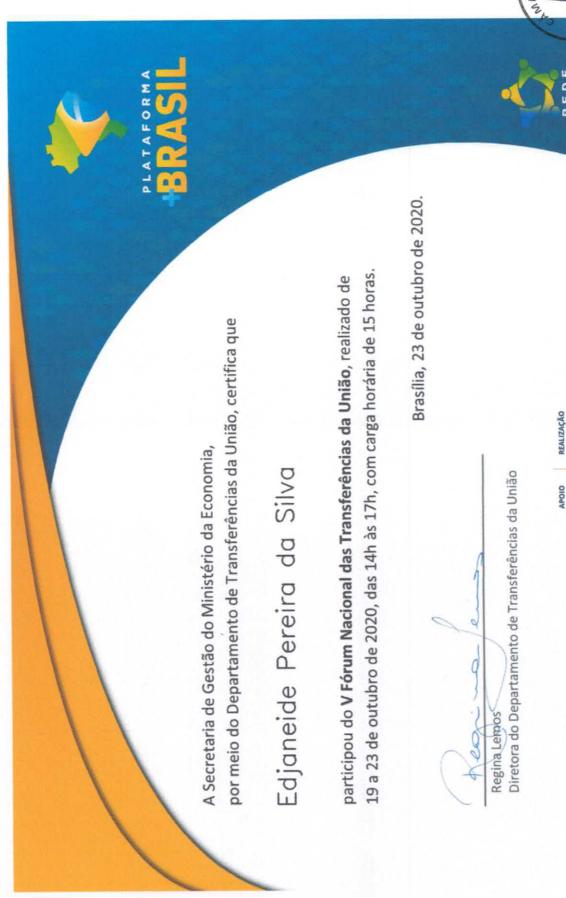
ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS

REDE

3_93058659415.png (1587×1123)

10/11/2020



DEMAR

PWARA ME



Controladoria-Geral da União

CERTIFICADO

Edjaneide Pereira Silva participou

do(a) WEBINAR - Nova Lei de Licitações: o que muda nas compras públicas?, no dia 18 de dezembro de 2020,

promovido pela Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União - CGU com carga horária de 2h30.

Secretário Federal de Controle Interno Antônio Carlos Bezerra Leonel

> Coordenador-Geral de Métodos, Sergio Filgueiras de Paula

Capacitação e Qualidade









CERTIFICADO C

A Bráz Capacitação e Informação Ltda, certifica que



participou do Curso Descomplicando a Elaboração do TR e do ETP e Contratação Priscila Mabel Araújo Bráz, realizado entre os dias 28/08/2023 e 21/09/2023, de Direta Segura, ministrado pelas Professoras Anastácia Nadir Melo de Oliveira e forma on-line, cumprindo a grade curricular e os requisitos de conclusão, com carga horária de 18 (dezoito) horas.

PRISCILA MABEL Assinado de forma digital por PRISCILA MABEL ARAUJO BRAZ Dados: 2023.10.14 11:27:21 -03'00'

Priscila Mabel Araújo Bráz

Sócia Administradora



Acesse https://doity.com.br/validar-certificado para verificar se este certificado vlido. Cdigo de validao: RHMHHPZ0









CERTIFICADO

Certificamos que

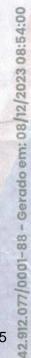
EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

Combate à Corrupção (FOCCO-PB), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado, com participou do Seminário FOCCO no Início da Gestão, realizado pelo Fórum Paraibano de carga horária de 7 horas/aula, no dia 29 de maio de 2025.

Patos, 29 de maio de 2025







Coordenador Científico

Fabricio Mareco



I . CONGRESSO

BRASILEIRO DA

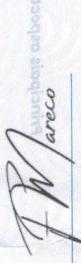
Contratações Imersão nas Públicas.

CERTIFICADO

jameide Fereira da Silva

930.586.594-15

Portuiu a Formação de Agentes para Implementação da Lei 14.133/21 do 1º Congresso Brasileiro Servicia de Formação de Agentes para Implementação da Lei 14.133/21 do 1º Congresso Brasileiro Servicia de Formação de Formação de Formacida 14.133/21 – Impresão nas Contratações Públicas. Com carga horária total de 9 horas. Durante os dias 06,07 e 08/12/2023, na cidade de Fortaleza-CE.



Dudson Seraine

ODO BEOCE Coordenador Geral







Tempo Real, realizado nos dias 10, 11 e 12 de Fevereiro de 2020 na cidade participou do curso As Novas Regras do Edital do Pregão de Acordo com a Pregão Eletrônico Nº 10.024/2019 - Simulado do Pregão Eletrônico em Minuta Padrão da AGU - As Principais Alterações do Novo Decreto do Certificamos que Edjaneide Pereira da Silva, de CPF 930.586.594-15 de João Pessoa-PB, pelo Sistema Almanaque Plataforma.

SISTEMA ALMANAQUE
PLATAFORMA COMUNICAÇÃO
E TREINAMENTO PROFISSIONAL EIRELI
CNPJ: 18.134.761/0001-00

Oswaldo Farias de Vasconcellos Sistema Almanaque Plataforma Almanaque Gestão





Certificamos que

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

PNPC, "Sistema e-Prevenção: ferramenta de Governança, Integridade
 PNPC, "Sistema e-Prevenção: ferramenta de Governança, Integridade
 e Gestão de Riscos", realizado pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba em parceria com o Tribunal de Contas da União TCU-Secretaria da Paraíba, via YouTube, com carga horária de 5h30 no dia 08 de julho de 2021.

João Pessoa, 12 de julho de 2021



MARCIO FERMANDO SUETH DA SILVA

Secretárilo chefe do/TCU na Paraiba

FERNANDO RODRIGUES CATÃO
Presidente do TCE-PB

108

Anexo - Certiicados 1. Doc. 121396/25. Data: 25/09/2025 15:57. Responsável: Evandro L. Soares. Impresso por convidado em 01/10/2025 11:12. Validação: 41FE.F1DD.1F03.7E88.0E62.A226.7F14.C8

DEMAR



Atestado de Capacidade Técnica

Declaramos por meio deste para os devidos fins legais de direito que a profissional EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, brasileira, divorciada, contabilista, com CPF nº 930.586.594-15, com endereço a rua Aroeira, Casa 148, Quadra "E" Lote "Q", Condomínio Jardim Flores, Patos-PB, foi nossa fornecedora de serviços como Instrutora e Palestrante de Cursos de Atualização e Transição da NLLC 14.133/2021, oferecidos aos servidores públicos municipais, no dia 27 de Janeiro de 2023, na cidade de Patos-PB, que executou os serviços solicitados de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades não restando nada que a desabone. Tecnicamente atestamos ainda que os serviços contratados se encontram concluídos e atendem ás especificações e exigências de acordo com o conteúdo programático apresentado de forma criteriosa e satisfatória. Por ser verdade, firmamos o presente.

João Pessoa, 24 de fevereiro de 2023



Maria salana da santo

Maria Solange dos Santos Presidente da OPAC-PB



Atestado de Capacidade Técnica

Declaramos por meio deste para os devidos fins legais de direito que a profissional EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, brasileira, divorciada, contabilista, com CPF nº 930.586.594-15, com endereço a rua Aroeira, Casa 148, Quadra "E" Lote "Q", Condomínio Jardim Flores, Patos-PB, foi nossa fornecedora de serviços como Instrutora e Palestrante de Cursos de Atualização e Transição da NLLC 14.133/2021, oferecidos aos servidores públicos municipais, no dia 27 de Janeiro de 2023, na cidade de Patos-PB, que executou os serviços solicitados de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades não restando nada que a desabone. Tecnicamente atestamos ainda que os serviços contratados se encontram concluídos e atendem ás especificações e exigências de acordo com o conteúdo programático apresentado de forma criteriosa e satisfatória. Por ser verdade, firmamos o presente.

João Pessoa, 24 de fevereiro de 2023



Maria Solange dos Santos Presidente da OPAC-PB

CRCPS FISCALLIACAD EDJAMEIDE PEREIRA DA SILVA ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA ENCAMINHA ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA, PREFEIJO



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que se fizerem necessário que a Sra. EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, brasileira, contabilista, presta serviços neste município na assessoria junto ao setor de licitação, realizando consultorias e assessoria dos processos licitatórios realizados pela CPL deste municipio, com zelo, eficiência e presteza, não constando nas nesta edilidade que a desabone.

> Arquivado no ORCPB nos Termos da Lc 8.666/93 com redac João Pessoa

Patos, PB - 28 de Outubro de 2008

Presidente &R&PR

PRESIDENTE CRC PB CPF 933.920.107-82

NOBREGA FILHO NABOR WANDERLEY DA Prefeito de Patos



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA GABINETE DA PREFEITA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTO para os devidos fina que se fizeram necessário que a Senhera EDJANEIDE PERFIRA DA SILVA, brasileira, contabilista, presta serviços nesse município na Assessoria junto ao Setor de Licitação, realizando consultorias e Assessoria dea Processos Licitatórios realizados pela Comissão Permanente de Licitação deste município, com zelo, eficiência e presteza, não constando nada nesta Edilidade que a desabone.

Teixeira / PB, 03 de janeiro de 2006.

Rita Nunes Pereira

Prefeita

Arquivado no CRCPB nos
Termos da Lei nº 8.666/93
c o m rena a cão carda
com rena a cão carda
com Loi nº 3.033/and
João Pusa 13.02 do 12 re 09

Presidente CRCPB

Edson Franco de Moraes
PRESIDENTE CRC PB
CPF 930 920, 107-82





DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaro por meio deste para os devidos fins legais de direito que a profissional EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, CPF Nº 930.586.594-15, RG Nº 1510367-SSP-PB, profissional da área contábil, inscrita no CRC-PB sob nº 04738, executou os serviços abaixo discriminados NO ANO DE 2006 E 2007 de maneira satisfatória, cumprindo com todas as suas responsabilidades não restando nada que o (a)

SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVENIOS, REALIZANDO ELABORAÇÃO DE PARECER DE **EMISSÃO** ACOMPANHAMENTO DE CONVENIOS E ASSESSORANDO AS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Tecnicamente atestamos ainda que os serviços descritos se encontram concluidos e atendem às especificações e exigências de acordo com o contrato firmado e com normas técnicas de forma criteriosa e satisfatória.

Mãe D'agua, 04 DE DEZEMBRO DE 2012

PERICLES VIANA DE OLIVEIRA JUNIOR Prefeito de Mãe D'Água



Rua Luiz Furtado de Figueiredo, nº 48 -Centro, Mãe D'Água - PB. FONE: *(83) 3428-1000

ESTADO DA PARAÍBA

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ ESPINHARAS-PB - PB

Casa Sebastião Ferreira da Nóbrega

Praça da Independência, s/n



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que se fizerem necessários, que a Sra. Edjaneide Pereira da Silva, CPF nº 930.586.594-15, contabilista inscrita no CRC/PB nº 4738, residente a rua Onaldo Queiroz, 174, Bairro Brasília, Patos - PB, prestou serviços técnicos especializados nesta edilidade, como Pregoeira, e prestando assessoria em licitações, com elaboração de editais, e prestando consultoria técnica.

Atesto, ainda que tais <u>prestações de serviços</u> foram executado(a)s satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

São José de Espinharas, PB, 03 de Junho de 2015

MARIA DO SOCORRO SANTOS.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS - PB.







MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA
COORDENAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE BUCAL
Setor de Administração Federal Sul – SAF – Sul, Quadra 2, Lote 05/06, Sala 6
CEP: 70.070 - 600 - Brasília – DF
(61) 3306-8056

DECLARAÇÃO

Declaro que a senhora Edjaneide Pereira da Silva ministrou cursos de capacitação em Licitações Públicas e Contratos Administrativos para Gestores de Saúde Bucal, com carga horária de olto horas, nas datas e municípios discriminados abaixo:

Data	Local					
20 de julho de 2010	Goiánia - GO					
17 de agosto de 2010	Porto Velho - TO					
24 de agosto de 2010	Florianópolis - SC					
10 de setembro de 2010	Rio de Janeiro - RJ					
13 de setembro de 2010	Fortaleza - CE					

Brasília, 30 de setembro e 2010.

Gilberto Alfredo Pucca-Júnior Coordenador Nacional de Saúde Bucal ATESTABO DE CAPACIDADE TECNICA

ENCAMINHA ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA, PREFEITURA MUNIC



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS - PB



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que se fizerem necessário que a Sra. EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, brasileira, contabilista, presta serviços neste município na assessoria junto ao setor de licitação, realizando consultorias e assessoria dos processos licitatórios realizados pela CPL deste município, com zelo, eficiência e presteza, não constando nas nesta edilidade que a desabone.

Santa Inês, PB - 29 de Outubro de 2008

Arquivad- no CRCPB nos Termos c ... 81 1º 8,666/93 ção dada com re 8.883/94 pela HANDED to OL João Pessoa QL

> Presidente CRC 933,920,107-82

FANA DINIZ ADJEFFESON Prefeito de Santa Inês

116





DECLARAÇÃO

Atesto, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a Sra. Edjaneide Pereira da Silva, CPF 930.586.594-15, prestou serviços a nossa empresa CLAIR & LEITÃO CONTABILIDADE PÚBLICA LTDA, CNPJ 10.571.183/0001-59, com endereço Rua Darcílio Wanderley, nº 343 - Bairro Jardim Califórnia, Patos-Paraíba, representado Sra. Clair Leitão Martins inscrita no Conselho Regional de Contabilidade, seccional da Paraíba, sob nº 4.395-O/PB, CPF Nº 477.984.084realizando ministração de CAPACITAÇÃO - LICITAÇÕES E SUAS INFLUENCIAS NO SETOR CONTÁBIL, COM CARGA HORARIA DE 08HORAS/AULA na sede do município.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a profissional cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

> CLAIR LEITAO BEZERRA DE

Assinado digitalmente por CLAIR LEITAO MARTINS BELTRAO BEZERRA DE MELO 47798408487 MARTINS BELTRAO MELO-47798408467 MARTINS BELTRAO DI CONCLAIR LEITAO MARTINS BELTRAO BEZERRA DE MELO-47784008457, «FER.

Clair Leitão Martins Beltrão Bezerra de Melo

Patos. Paraíba 07 de agosto de 2023



Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo Municipal **Mãe D'água-PB**

Criado pela Resolução n.º 02/2024

Edição de 07 de fevereiro de 2025

De 22 de fevereiro de 2024

Atos do Poder Legislativo

Portarias

ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA

PORTARIA Nº 10/2025.

Designa o Agente de Contratação, o Pregoeiro e designa Equipe de Apoio para as licitações nos termos da Nova Lei de licitações e contratos administrativos — Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133/2021. que estabelece novas normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Pública Diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e Considerando a Portaria nº 03 de 15 de janeiro de 2024, que adota os regulamentos já editados pelo executivo municipal;

Considerando que esta Câmara Municipal não dispõe de servidores do quadro efetivo ou empregados públicos no quadro permanente, com formação e conhecimentos técnicos adequados para o desempenho das funções a serem designadas através desta portaria, conforme previsão no artigo 176, inciso I da Lei n. 14.133/2021;

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA, no uso das atribuições que lhe confere na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada para exercer a função de Agente de Contratação nos processos licitatórios e contratações diretas instaurados com fundamento na Lei nº. 14.133/2021, a Sra. MARIA ALBETANIA MARTINS PORFIRIO, CPF Nº

Parágrafo Único: No âmbito da modalidade pregão, a Agente de Contratação MARIA ALBETANIA MARTINS PORFIRIO, CPF Nº 070.974.484-66 será designada pregoeira.

Art. 2º Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio, que auxiliará o Agente de Contratação / Pregoeira, na condução dos processos licitatórios e contratação direta:

a) JAILSON FERREIRA LUSTROSA, CPF n.º para o Cargo

Comissionado de (Diretor de Finanças) - Membro I.

B b) LETICIA VICENTE DA SILVA, CPF nº Maria Maria Maria, cargo comissionado de (Chefe de Gabinete) = Membro II

Parágrafo Primeiro: O(A) Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

Parágrafo Segundo: O(A) Agente de Contratação convocará servidores públicos efetivos ou comissionados, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 3º A agente de contratação ficará responsável por tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como as demais atribuições elencadas pela Lei 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 05 de 12 de janeiro de 2023.

Art. 4º Em decorrência da escassez de servidores com formação e ou conhecimentos específicos na área de licitações e contratos administrativos, os servidores nomeados conforme o artigo anterior, continuarão exercendo as suas funções.

Art.5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposição em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mãe D'água, Estado da Paraíba. 03 de fevereiro de 2025

EVANDRO LUCENA SOARES
PRESIDENTE

Matéria publicada em 06/02/2025, republicada por incorreção.

MESA DIRETORA

Evandro Lucena Soares PRESIDENTE Sabrina Alves da Silva VICE-PRESIDENTE Ybérica Nunes Lucena Freire PRIMEIRA SECRETÁRIA

Luciano Rodrigues Soares SEGUNDO SECRETÁRIO



REIMPRESSÃO PARA CORREÇÃO

PORTARIA Nº 10/2025.

Designa o Agente de Contratação, o Pregoeiro e designa Equipe de Apoio para as licitações nos termos da Nova Lei de licitações e contratos administrativos – Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021,

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133/2021, que estabelece novas normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Pública Diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e

Considerando a Portaria nº 03 de 15 de janeiro de 2024, que adota os regulamentos já editados pelo executivo municipal;

Considerando que esta Câmara Municipal não dispõe de servidores do quadro efetivo ou empregados públicos no quadro permanente, com formação e conhecimentos técnicos adequados para o desempenho das funções a serem designadas através desta portaria, conforme previsão no artigo 176, inciso I da Lei n. 14.133/2021;

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA, no uso das atribuições que lhe confere na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada para exercer a função de Agente de Contratação nos processos licitatórios e contratações diretas instaurados com fundamento na Lei nº. 14.133/2021, a Sra. MARIA ALBETANIA MARTINS PORFIRIO, CPF Nº 070.974.484-66, Cargo Efetivo do Município de Mãe D'agua. PORFIRIO

Parágrafo Único: No âmbito da modalidade pregão, a Agente de Contratação MARIA ALBETANIA MARTINS PORFIRIO, CPF Nº 070.974.484-66 será designada pregoeira.

- Art. 2º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da equipe de apoio, que auxiliará o Agente de Contratação / Pregoeira, na condução dos processos licitatórios e contratação direta:
- a) JAILSON FERREIRA LUSTROSA, CPF n o 057.639.984-13 para o Cargo Comissionado de (Diretor de Finanças) - Membro I.
- b) LETICIA VICENTE DA SILVA, CPF nº 179.510.364-71, cargo comissionado de (Chefe de Gabinete) = Membro II

Parágrafo Primeiro: O(A) Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.



ESTADO DA PARAÍBA CÂMARA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA

Parágrafo Segundo: O(A) Agente de Contratação convocará servidores públicos efetivos ou comissionados, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 3° - A agente de contratação ficará responsável por tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como as demais atribuições elencadas pela Lei 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 05 de 12 de janeiro de 2023.

Art. 4º Em decorrência da escassez de servidores com formação e ou conhecimentos específicos na área de licitações e contratos administrativos, os servidores nomeados conforme o artigo anterior, continuarão exercendo as suas funções.

Art.5°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposição em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mãe D'água, Estado da Paraíba, 03 de fevereiro de 2025

EVANDRO LUCENA SOARES
PRESIDENTE



CONCLUB

CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE - UNIFIA

eths should read to be an uou an observe 28 de Fevereiro de 2019, and altaire de de describance and a company of the company o Recredenciamento pela Portaria Nº 485, de 27 de Fevereiro de 2019 publicado no DOU

Curso de PÓS-GRADUAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. Coordenação do Núcleo de Capacitação e Pós Graduação - NCP/REGISTRO DE ATA do la latera de latera de la latera de latera de la latera de latera de latera de la latera de latera de la latera de la latera de la latera de la latera de la latera de latera della de latera de latera de latera de latera de latera de latera della d

Registro de Livro Ata n.º 5460 Livro: PG001/2023 Folhas: 184

Eliziane Terezinha da Silva

Nomeação pela Portaria nº 49/2022 - (27/07/2022) se a obligação ETEL ab otage Secretária Acadêmica CPF: 066.823.789-98

Amparo, 28 de Julho de 2023.

E D U C A C I O N A L

Unisepe Departs appeal by Unised the United Persons of the Persons

A autenticidade deste documento pode ser verificada no lini https://central.unisepe.com.br/doc/?filial=0001&code=B2D2250049F3B6CC2ECB89F5DA44EC54

121

Anexo - Certiicados 2. Doc. 121396/25. Data: 25/09/2025 15:57. Responsável: Evandro L. Soares. Impresso por convidado em 01/10/2025 11:12. Validação: 6621.8271.80A4.D970.18C2.BB66.96C9.CBA7. DE MAE O. PGC A SOLO A

Principais aspectos para implementar a Lei 14.133/21

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Contratações Publicas. Com carga horária total de 9 horas. Durante os

apur op

30-029 06,07 e 08/12/2023, na cidade de Portaleza-CE.

to de Agentes para Implementação da Lei Ja 133/31 do 1º Condiceso Brasileiro

930,586,594-15

OEBLIERCADO

BBYZITEIKO DY I-COMCKEZZO

> Imersão nas Contratações Públicas.

CONGRESSO

077/0001-88 , Gerado Im: 08/12/2023 08:54:00

122

Conteúdo programático

orçamento e características das modalidades existentes; apresentação das regras gerais, objetivos do Programa, O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA:

Institucional (Leis, Decretos, Resoluções e Instruções das normas que orientam a modalidade PAA Compra Legislação comentada: explicação dos principais artigos Normativas):

 Alimentos orgânicos: conceitos básicos e tipos de certificação; mos missos 21-192.382.089 sept. svila serioras seChamada Pública: explicação sobre os itens contidos no

A modalidade PAA Compra Institucional: Explicação dos Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; e possibilidade

espaŝtalo e shabilistem sul istroi sutitiza i sagmo - AAA) zonitimodelo de Chamada Pública disponibilizado pelo to caus

qualidade etc. Pronaf – DAP; Formação de preços; limites de venda; apresentação de casos práticos, conceituação dos objetivos, destinação dos produtos adquiridos, beneficiários e compradores; Declaração de Aptidão ao

DEM

CENERA MUNE

forma de pagamento; contratação de terceiros; controle de Institucional, incluindo a pesquisa de preço, divulgação; governo federal (Comprasnet). contratação e navegação no sistema de compras do agricultura familiar por meio da modalidade PAA Compra ações necessárias para a realização de compra da Passo-a-passo: demonstração da sequência completa de

código verificador CIN-195716 no sequinte endereço:

A autenticidade deste certificado pode ser conferida utilizando o QR Code ao lado ou informando o

http://www.mds.gov.br/ead

Escola Mineira de Direito

R. Alberto Cabre, nº 501, térreo, Vila Pinto. Varginha-MG - CEP 37010-630 - Tel. (35) 3015-8283

Aspectos Técnico-Jurídicos para Análise e Julgamento da Proposta de Obras Públicas na NLLC Contratações Públicas de soluções inovadoras Duração dos contratos administrativos na Nova Lei ESG nas Contratações Públicas Quinta-Feira, 30 de Junho de 2022 A contratação direta na nova Lei de Licitações e Contratos Improbidade Administrativa e Licitações e Contratos A Atuação dos Tribunais de Contas na Nova Lei de Licitações e Contratos O papel da Advocacia Pública na Nova Lei de Licitações e Contratos Fiz um contrato administrativo, e agora? Infrações e sanções na NLLC Quarta-feira, 29 de Junho de 2022 Licitações na Lei de improbidade Inovações da NLLC - é possível? A discricionariedade na Nova Lei de Licitações O tratamento jurídico diferenciado das microempresas e empresas de Pequeno Porte no Nova Lei de Licitações O credencialmento na Nova Lei de Licitações e Contratos A regulamentação e a aplicação da Nova Lei pelos Municípios Terça-feira, 28 de Junho de 2022 Segunda-feira, 27 de Junho de 2022 Evento Edjaneide Pereira 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS José Claudionor Leme Gabriela Pércio Caroline Rodrigues Mirela Miró Palestrante: Viviane Mafissoni Rodrigo Valgas Fabricio Mareco Priscila Vieira Tiossi Júnior Palestrante: Antonio Rodrigo Machado Vládia Pompeu Marilene Matos Juliano Heinen André Malheiros Felipe Dalenogare Alves Palestrante Michele Marry Palestrante: Carga Horária: 16hs



Varginha, 01 de Julho de 2022

Ferrando de Paula Batista Mello Diretor Presidente da EMD

Ù

124

Escola Mineira de Direito

R. Alberto Cabre, nº 501, térreo, Vila Pinto. Varginha-MG - CEP 37010-630 - Tel. (35) 3015-8283

Instrumentos de Justiça Negocial e a Nova Lei de Licitações e Contratos. As perspectivas e os desaflos para os TCE's ante à transição normativa nos municípios brasileiros Como estruturar o plano de gestão de riscos. Quinta-Feira, 10 de Novembro de 2022 O papel da assessoria jurídica no processo de fiscalização e gestão dos contratos administrativos O papel dos agentes responsáveis pelo controle na NLLC A NLLCA e a (des)necessidade de regulamentação: uma janela de oportunidades para Estados e Municípios Quarta-feira, 09 de Novembro de 2022 Competência normativa sobre contratações públicas: riscos e desafios para legislar sobre normas específicas A gestão e a fiscalização de Contratos na NLLC O sistema sancionatório na NLLC Modalidades e fases do procedimento licitatório na NLLC Terça-feira, 08 de Novembro de 2022 Contratos de eficiência na NLLC Micro e Pequenas Empresas na Nova Lei de Licitações e Contratos. Segunda-feira, 07 de Novembro de 2022 Nome: Edjaneide Pereira da Silva 1º Congresso Brasileiro para Pregoeiros e Agentes Públicos envolvidos em Licitações e Contratos Antônio Rodrigo Machado Sandro Luiz Nunes Michelle Marry Juliano Heinen Anderson Pedra Christianne Stroppa Fernanda Fritoli Palestrante: Palestrante: José Roberto Tiossi Júnior Felipe Dalenogare Palestrante: André Malheiros Cristiana Fortini Marilene Matos Palestrante: Carga Horária: 12hs

FLS. PGUA.

Varginha, 10 de Novembro de 2022

Personal Paula Batista Mello
Diretor Presidente da EMD

W

EMENTA

15. O. Professor	Kleberson Souza							
Curriculum	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8058340F6							
Unidade Didática	Conteúdo							
) s	1.1 Definições							
23	1.2 Modalidades							
, %/	1.2.1 Concorrência							
	1.2.2 Tomada de Preços							
	1.2.3 Convite							
	1.2.4 Concurso							
Definições e Bases Normativas	1.2.5 Leilão							
4. Demigoes e soses (vormantos	1.2.6 Pregão							
	1.2.7 Regime Diferenciado de Contratação							
	1.2.8 Consulta							
	1.3 Tipos de Licitação							
	1.4 Contratação Direta							
	1.4.1 Inexigibilidade							
	1.4.2 Dispensa de Licitação							
	2.1 Conceitos Básicos							
	2.2 - Procedimentos Inicials - Formalização da Demanda							
	Planejamento da Contratação (Fase Interna ou Preparatória) 3.3.1 Estudos Técnicos Preliminares (ETP)							
	2.3.1.1 Agentes Públicos Envolvidos 2.3.1.2 Conteúdo obrigatório do ETP							
	2.3.1.2.1 Justificava da Necessidade da Contratação							
Planejamento da Contratação – Estudos Técnicos	2.3.1.2.2 Estimativa de Quantidade a ser Contratada							
Preliminares (ETP) e Gerenciamento de Risco (GR)	2.3.1.2.3 Estimativa de Preços							
	2.3.1.2.4 Justificativa para o parcelamento ou não da solução							
	2.3.1.2.5 Critérios de Sustentabilidade Ambiental							
	2.3.1.2.6 Referência aos instrumentos de planejamento							
	2.3.1.2.7 Declaração de viabilidade ou não da contratação							
	2.3.2 Gerenciamento de Riscos							
	2.3.2.1 Identificação dos Riscos							
	2.3.2.2 Avaliação de Riscos							
	2.3.2.3 Plano de Tratamento dos Riscos							
	2.3.2.4 Responsáveis							
	3.1 Projeto Básico/Termo de Referência							
	3.1.1 Responsabilidade pela elaboração e aprovação							
	3.1.2 Conteúdo mínimo							
	3.1.2.1 Definição e especificação do objeto							
	3.1.2.2 Critérios de escolha da proposta							
	3.1.2.3 Prazo de execução e vigência							
	3.1.2.4 Gerenciamento e Fiscalização							
3. Planejamento da Contratação – Projeto Básico/Termo	3.1.2.5 Condições de recebimento							
de Referência (PB/TR)	3.1.2.6 Definição de empreitada							
	3.1.2.7 Cronograma físico-financeiro 3.1.2.8 Direitos e responsabilidades das partes							
	3.1.2.9 Sancões Administrativas							
	3.1.2.10 Garantias							
	3.1.3 Divulgação dos valores estimados e máximos							
	3.1.5 Sistema de Registro de Preços							
	2.3.2.6 Participação de ME e EPP							
	4.1 Elaboração do edital							
	4.1.1 Habilitação Jurídica							
	4.1.2 Qualificação Técnica							
	4.1.3 Qualificação econômico-financeira							
	4.1.4 Regularidade Fiscal e Trabalhista							
4. Planejamento da Contratação – Edital	4.1.5 Condições de participação							
NO DESCRIPTION OF THE PERSON O	4.1.6 Empresas de sócios em comum							
	4.1.7 Vedação à participação de consórcio							
	4.1.8 Cobrança excessiva do edital							
	4.1.9 Exame e aprovação da assessoria jurídica							
	4.1.10 Publicidade do certame							
	5.1 Agentes de licitação							
6 Calcula de Construedos Constituis de 17th	5.2 Habilitação							
5. Seleção do Fornecedor - Fase Externa da Licitação	5.3 Julgamento							
	5.4 Homologação e Adjudicação							
	5.5 Pedido de esclarecimento, impugnações e recursos							
	5.6 Revogação e anulação							
	5.7 Segregação de Função							
	6.1 Responsabilidade dos agentes públicos							
	6.2 Responsabilidade da Pessoa Jurídica							
6 Persons shillidade des Agentes Dúblices e das Persons	6.2.1 Suspensão temporária de participação em licitação (infrações graves)							
 Responsabilidade dos Agentes Públicos e das Pessoas Jurídicas 	6.2.2 Impedimento de contratar com a administração (infrações graves)							
Minis	6.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar (infrações gravissimas)							
	6.3 Desconsideração da Personalidade Jurídica							



Conteúdo Programático

Aula 1: Planejamento e Recursos Orçamentários

Aula 2: Elaboração de Projetos

Aula 3: Orçamentação

Aula 4: Licitação

EDJAMEIDE BEBEIRY DV 21FAV

Aula 5: Execução, operação e fiscalização en grando do didina do De 2000 886.83% 20 LSMO, asbabiO asb ohistaniM olsq obssilsm



CAG

127

HISTÓRICO DO PARTICIPAN (E

CPF: 930.586.594-15 Nome: EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

Curso: Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos

Data de Nascimento: 10/08/1973

Escola Naci

Período: 27/03/2018 a 01/05/2018

País de Origem: Brasil

Exercício Avaliativo 1 ATIVIDADE AVALIATIVA

Exercício Avaliativo 3 Exercício Avaliativo 2

Exercício Avaliativo Final SELE - SOLICIDES OSOSTIAI 21.00 RIFICADO

18.00

NOTA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Carga Horária: 40 horas

6.67 Você obterá, no curso Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, os

administrativo. OSV conhecimentos necessários ao controle, acompanhamento e cumprimento das obrigações assumidas pelas partes

fiscalização do

do

contrato

Total 2008 90 01 m9 (s)obbeen AVJI2 72.67 de 1973, CPF 930.586.594-15, concluiu o curso Gestão e **EDJVMEIDE BEKEIKV**

realizado no período de 27/03/2018 a 01/05/2018, com carga-

Fiscalização de Contratos Administrativos (Turma MAR/2018),

TLS. 13 PGUA

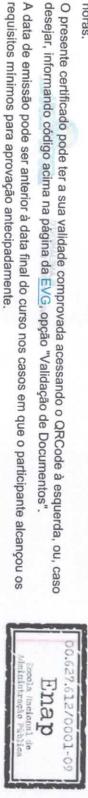
CENTRA MUNICIPALITY

Certificado registrado na Escola Virtual Enap sob código VK3O274660OxC, em 23/04/2018 às 21:04

horas

desejar, informando código acima na página da EVG, opção "Validação de Documentos O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso

requisitos minimos para aprovação antecipadamente.









5º CICLO DE CAPACITAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

16 Palestra Rec	15. Palestra: Os Palestrante:	AUSTODAY	Deport de So	13. Palestras: Co	12. Palestra: Cor			10. Palestra: Pre	9. Palestra: Cor			7. Palestra: Pla	6. Painel: Gest			4. Palestra: Go	Palestrante:		2. Palestra: No	Marçal Juste	Washington Rogério Xav Cristiano Ro	 Cerimônia de Abertura 	OR.
Palestra: Recebimento do objeto, ateste da nota fiscal, retenção e plosa de napamento	Palestra: Os riscos dos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra Palestrante∶João Domingues − Auditor Federal de Finanças e Controle - CGU	Palestra: Desafios da Gestão e Fiscalização de Contratos na NLL	Palestrante: Michelle Marry – Advogada da União - CONJUR/MJSP	Palestras: Contratos da Administração e possíncia pulidado	Palestra: Contratos Administrativos e a Nova Lei de Licitações: Prorrogação, Alterações e Sanções Administrativas	Palestrante: Carlos Henrique Harper Cox - Promotor de Justiça - MPRN	Palestrante: Dawison Barcelos — Advogado e membro da Consultoria Jurídica do TCU Palestra: Fraudes em Licitações e Contratos conforme Lei nº 14 133/2021	Palestra: Pregão e SRP Regime transitório da NIII e os antigos regulamentos: E acora?	Palestrante: Professor Insohu Advanda Maria Elicitações (Lei nº 14.133/2021)	Painel: ComprasSusp: O MJSP como protagonista das Contratações de Segurança Pública Palestrantes: Christianni Zago — Diretora de Gestão da Secretaria de gestão e Ensino em Segurança Pública Charles de Azevedo Gonçalves — Gerente do Projeto Estratégico ComprasSusp	Palestrante: Angelina Leonez – Chefe da Divisão de Contratações - MCTI	Palestra: Planeiamento da Contratação: A foso mais importante de Especial de Controle Interno-IVIJSP	Painel: Gestão de riscos no processo de contratação: experiência do MJSP	Palestrante: Palestrante: Débora de Souza Januário – Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos - MJSP	Palestrante: Renato Ribeiro Fenili – Secretário-Adjunto de Gestão - ME	Palestra: Governança de Contratações e Gestão de Riscos e a nova Lei de Licitações	Palestrante: Cristiano Rocha Heckert – Secretário de Gestão - ME	Palestrante: Marçal Justen Filho – Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP	Palestra: Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): O que muda?	Marçal Justen Filho – Convidado de Honra	Washington Leonardo Guanaes Bonini – Secretário Executivo Adjunto Rogério Xavier Rocha – Subsecretário de Administração Cristiano Rocha Heckert – Secretário de Gestão do ME	e Abertura	PALESTRAS/PAINÉIS

Histórico do Participante

Nome: EDJANEIDE PEREIRA D Curso: Turma 5/2016 - Controle

ATIVIDADE AVALIATIVA

Exercício Avaliativo 2 Exercício Avaliativo 3 Exercício Avaliativo 4

Total do curso:

Exercício Avaliativo 1

DA SILVA, CPF: 930.586.594-15 e Social - Período: 27/09/2016 a 17/10/2016 - Carga-horária: 20 horas.	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:	Presidente Escola Nacional de Administração Pub	- O controle da Administração Pública, os diferentes tipos de con
DA SILVA, CPF: 930.586.594-15 e Social - Período: 27/09/2016 a 17	NOTA	12,00	25,00



- A importância da participação do cidadão no acompanhamento da gestão dos recursos públicos durante a O controle e as formas como ele acontece no Estado Brasileiro; Diferenças entre controle social e controle institucional; execução das políticas públicas.

24,00 18,00 79,00 Módulo 2:

O controle institucional no Brasil;

Os atores do controle institucional e as suas competências;

As possibilidades de interação da sociedade com esses atores.

Módulo 3:

- Os mecanismos de controle social existentes no Brasil;

- O controle social e as suas características quando de iniciativa do ente público e quando de iniciativa da sociedade;

As oportunidades de controle social criadas por iniciativa do ente público;

As possibilidades de atuação em cada uma dessas oportunidades.

CBE MODIO 4:86.594-15, CONCININ O CHISO

- Possibilidades de atuação do cidadão;

As possibilidades de participação do cidadão no controle social;

- Os instrumentos criados e utilizados pela sociedade civil que podem ser utilizados no controle social;

As medidas a serem tomadas a partir da identificação de algum problema.

Certificado



A data de emissão do certificado pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente. 2016 às 19:56 horas. Certificado registrac a Escola Virtual ENAP sob código axg8Z73tbm, em 10

HISTÓRICO DO PARTICIPAN, E

Nome: EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

CPF: 930.586.594-15

Curso: Formação de Pregoeiros

Data de Nascimento: 10/08/1973

Escola Macional de

Exercício Avaliativo 1 ATIVIDADE AVALIATIVA

Exercício Avaliativo 3

Exercício Avaliativo 2

Exercício Avaliativo 4 9 9803 - SOLIGIU 9 08981181 30.43

16.00

18.86

Período: 03/04/2018 a 24/04/2018

Pais de Origem: Brasil

Carga Horária: 20 horas

NOTA CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

25.00 Administração Pública, bem como dos fornecedores à utilização da modalidade de licitação Pregão. Tem como objetivo dar maior O curso Formação de Pregoeiros visa oferecer os conhecimentos necessários transparência e agilidade às compras do governo, minimizando os custos da

Total 2008 eb 01 me (s)obices AVJI 2 90.29 **EDJAMEIDE PEREIRA**

de 1973, CPF 930.586.594-15, concluiu o curso Formação de 03/04/2018 a 24/04/2018, com carga-horária de 20 horas Pregoeiros (Turma ABRV2018), realizado no período de



DE MAREO.

CAMPRA MUNI

horas Certificado registrado na Escola Virtual Enap sob código y9m434596vU4F, em 23/04/2018 às 21:04

desejar, informando código acima na página da EVG, opção "Validação de Documentos O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente



Histórico do Participante

Nome: EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, CPF: 930.586.594-15

Curso: Turma 4/2016 - Siconv para Convenentes 5 - Prestação de Contas - Período: 07/06/2016 a 04/07/2016 - Carga-horária: 10 horas.

ATIVIDADE AVALIATIVA

Exercício Avaliativo 1

Total do curso: Exercício Avaliativo 2

NOTA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

82,59

Módulo 1

1 Autorizar ou cancelar movimentações financeiras não concluidas

eup soitities qsn3 - soildiù 9 osositainimha de 2

4 Relatórios de Execução

3 Complementar os dados de câmbio de todas as OBTVs câmbio

2 Discriminar todas as OBTVs para o Convenente

DE PEREIRA DA SILVA 1 Cumprimento do objeto

021U0 0 UIUI0000 2 A NOB 2 Realização dos Objetivos 3 Resgate total das Aplicações

ealizado no período de 07/06/2016 a 04/07/2016, com carga-horária de 10 horas. 4 Devolução do Saldo Remanescente

Presidente - Escola Nacional de Administração Pública

DEMÁE

O. AGUA.

CANTOR MUNICAL

A data de emissão do certificado pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.

Certificado registrado na Escola Virtual ENAP sob código TIkTgfjluj, em 29/09/2016 às 15:09 horas.

132



Aulas do módulo l

Visão Geral da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021)

1 - Legislação, Princípios e Publicidades

2 - Atores Envolvidos e Responsabilidades
3 - Procedimentos Auxiliares

e aecosto de en la da de Objetos, Padronização e Regimes de Contratação n ∃90 ob nobshoq (hSOS)EET At on Israbed is 1) 5 - Planejamento, ETP, TR e Projetos obaiv - I olubom , acisuno 0 e (DESTRIBUTE DE RETURNE DE CONTRA D obsoilines einezend o erli-2017 Sessão Pública e Julgamento

8 - Habilitação, Recurso, Adjudicação e Homologação 9 - Tipos, Formalização e Execução Contratual

11 - Crimes na NLLC e Resolução de Controvérsias

10 - Contratação Direta

12 - NLLC e uma Nova Visão sobre o Controle da Administração Pública

Carga horária em Aulas, Lives, Atividade Avaliativa: 30 horas

AGUA























CERTIFICADO

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, CPF 930,586.594-15, participou com aproveitamento do CURSO PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS, ministrado na modalidade a distância, de 30/03 a 29/04/2011, com 30 horas-aula.

Conteúdo Programático

Noções básicas: conceitos e legislação aplicada. Fases do convênio: proposição, celebração, execução. Prestação de contas: responsável, prazo, documentos e envio; consequências da não apresentação da prestação de contas; exame da prestação de contas.

Brasília, 18 de dezembro de 2017.

MAURICIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY
Diretor-Geral

INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Escola Superior do Tribunal de Contas da União Instituto Serzedello Corrêa

CERTIFICADO

O Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa certifica que EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA, participou com aproveitamento do CURSO LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, ministrado na modalidade a distância, de 30/03 a 29/04/2011, com 30 horas-aula CPF 930.586.594-15,

Conteúdo Programático

Conceitos básicos e princípios da licitação: licitação dispensada, dispensável e inexigibilidade; modalidades de licitação; tipos e critérios; fases da licitação - interna e externa; projeto básico e projeto executivo; qualificação técnica e econômico-financeira; homologação e adjudicação. Contrato administrativo: conceitos básicos; duração dos contratos; alteração do contrato administrativo; execução do contrato administrativo.

Brasília, 18 de dezembro de 2017.

MAURICIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY Director-Geral

INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Unisepe - União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda Centro Universitário Amparense - UNIFIA

Data de Nascimento: 10/08/1973

Recredenciamento pela Portaria MEC Nº 485 de 27/02/2019, publicada no DOU em 28/02/2019. Rodovia SP 95 Km 46,5 Bairro Modelo Amparo/SP (19) 3907-9870 - www.unifia.edu.br - CNPJ: 67.172.676/0001-33



Histórico Escolar

IES: 1225 - Centro Universitário Amparense - UNIFIA

Titulação: ESPECIALISTA Curso: PÓS-GRADUAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA Nome da Aluna:

Nacionalidade: Brasileira

CPF: 93058659415 RA: 4628243

Nome da mãe: JACIRA PEREIRA DA SILVA Filiação - Nome do pai: EDVAL FERREIRA DA SILVA

Orgão expedidor: SSPDS/PB Doc. de identificação nº: 1.510.367 Naturalidade: SOUSA-PB

Faculdade Origem: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE Data Ingresso:08/2022 Forma de Ingresso:Port. Curso Superior

Ano Código Disciplina	Nota	%Freq	C.H	Situação
01° Período				
DOCENTE: Mirela Miro Zilítto - Mestrado	10	100	20	APROVADA
20222 LCT22018 A Fiscalização dos Contratos e o papel do Fiscal de Contrato DOCENTE: Gabriela Verona Pércio - Mestrado	10	100	20	APROVADA
20222 LCT22007 A tutela da probidade e a gestão do medo nas contratações públicas DOCENTE: Rodrigo Valgas dos Santos - Doutorado	10	100	20	APROVADA
20222 LCT22004 A tutela penal das licitações e contratações públicas DOCENTE: Mauro Cesar Maggio Stürmer - Mestrado	7	100	20	APROVADA
20222 LCT22014 Aspectos introdutórios aos contratos administrativos DOCENTE: André Saddy - Doutorado	7	100	20	APROVADA
20222 LCT22011 Contratação Direta, alienações, concessões e permissões de bens públicos DOCENTE: Michelle Marry Marques da Silva - Mestrado	10	100	20	APROVADA
20222 LCT22015 Disposições aplicáveis aos Contratos Administrativos I DOCENTE: Felipe Dalenogare Alves - Doutorado	9	100	20	APROVADA
90222 LCT22016 Disposições aplicáveis aos Contratos Administrativos II OCENTE: Viviane Mafissoni - Especialização	10	100	20	APROVADA
20222 LCT22017 Disposições aplicáveis aos Contratos Administrativos III DOCENTE: Priscilla Mendes Vieira - Especialização	9	100	20	APROVADA
20222 LCT22008 Introdução ao Novo Marco Normativo de Licitações e Contratos DOCENTE: Felipe Dalenogare Alves - Doutorado	10	100	20	APROVADA
20222 LCT22013 Licitações Sustentáveis DOCENTE: Caroline Rodrigues da Silva - Mestrado	7	100	20	APROVADA
20222 LCT22002 Noções de Atos e Processo Administrativo aplicadas à Administração Pública DOCENTE: André Malheiros - Especialização	9	100	20	APROVADA
20222 LCT22009 O novo processo licitatório aplicado I DOCENTE: Juliano Heinen - Doutorado	8	100	20	APROVADA
20222 LCT22010 O novo processo licitatório aplicado II DOCENTE: Alexandre Augusto Batista de Lima - Doutorado	9	100	20	APROVADA
20222 LCT22005 O papel da Advocacia Pública e dos Órgãos de Controle na Nova Lei de Licitações e Contratos	10	100	20	APROVADA



Unisepe - União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda Centro Universitário Amparense - UNIFIA



Recredenciamento pela Portaria MEC Nº 485 de 27/02/2019, publicada no DOU em 28/02/2019. Rodovia SP 95 Km 46,5 Bairro Modelo Amparo/SP (19) 3907-9870 - www.unifia.edu.br - CNPJ: 67.172.676/0001-33

Histórico Escolar

IES: 1225 - Centro Universitário Amparense - UNIFIA

Titulação: ESPECIALISTA Curso: PÓS-GRADUAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



Nome da Aluna:

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

Data de Nascimento: 10/08/1973

RA: 4628243

CPF: 93058659415

Nacionalidade: Brasileira

Nome da mãe: JACIRA PEREIRA DA SILVA

Orgão expedidor: SSPDS/PB

Naturalidade:

SOUSA-PB

Filiação - Nome do pai: EDVAL FERREIRA DA SILVA

Doc. de identificação nº: 1.510.367

Forma de Ingresso:Port. Curso Superior

Faculdade Origem: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Data Ingresso:08/2022

Ano Código	Disciplina	Nota	%Freq	C.H	Situação
DOCENTE: Vládla	Pompeu - Mestrado				
∠0222 LCT22001	Organização da Administração Pública e Competências Federativas em matéria de licitações e contratos	8	100	20	APROVADA
DOCENTE: Denise	da Silva Bittencourt - Doutorado				
	Os instrumentos auxiliares e sua utilização pela Administração Pública Dalenogare Alves - Doutorado	10	100	20	APROVADA
	Poderes de Administração e o dever de proteção à boa administração pública ne Carneiro Matos - Mestrado	9	100	20	APROVADA

Total geral cursado em Carga Horária : 360 horas

Data de Conclusão do Curso: 05/02/2023

Data de Expedição do Certificado: 28/07/2023

Amparo, 28 de julho de 2023



Secretária Acadêmica

Pró-Reitor Administrativo



A autenticidade deste documento pode ser verificada na página http://central.unisep.com.br/doc/?filiai=0001 Com o seguinte Código de Autenticidade: 7A0761C7AAA2BB80A21CD3628174DD85







Certificado de Conclusão

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Certifico que

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

concluiu o curso

PLANEJAMENTO DAS COMPRAS PÚBLICAS

com carga horária total de 18 horas, em

13/10/2023

Fabrício Mareco Magalhães
Diretor da Comunidade Contratações Públicas e Treinamentos Ltda. CNPJ 41.938,076/0001-40





escolavirtual.gov.br

CERTIFICADO

PEREIRA DA SILVA, nascido(a) em 10 de agosto de 1973, CPF 930.586.594-A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que EDJANEIDE 5, concluiu o curso Prevenção e Detecção de Cartéis em Licitações (Turma NOV/2019), disponível no período de 12/11/2019 a 22/12/2019, com cargahorária de 30 horas.



Diogo G. R. Costa Presidente Escola Nacional de Administração Pública - Enap







DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

Declaramos que EDJANEIDE P SILVA participou do Workshop de Capacitação "Gerente Municipal

Convênios e Contratos (GMC)" ministrado pela Caixa Econômica Federal, com duração de 4 h. de

João Pessoa - PB, 09 de maio de 2017.



Gerente de Filial
Gerência Executiva Governo João Pessoa/PB – GIGOV/JP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



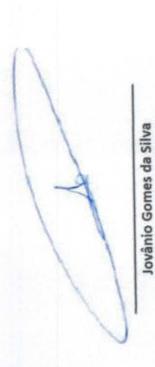




DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

Declaramos que EDJANEIDE P SILVA participou do Workshop de Capacitação "Gerente Municipal Convênios e Contratos (GMC)" ministrado pela Caixa Econômica Federal, com duração de 4 h.

João Pessoa – PB, 09 de maio de 2017.



Gerente de Filial
Gerência Executiva Governo João Pessoa/PB – GIGOV/JP
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA

DECLARAÇÃO

Declaramos que edjaneide pereira da silva participou da Oficina Gestão e Fiscalização de Contratos de Prestação de Serviços com dedicação de mão de obra exclusiva no dia 31 de agosto de 2022, ministrada por Flaviana Vieira Paím, durante o 6º Ciclo de Capacitação em Licitações e Contratos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com carga horária de 3 horas.

Brasília-DF, 11 de outubro de 2022

Déboya de Souza Januário

Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas José de Albuquerque Nogueira Filho

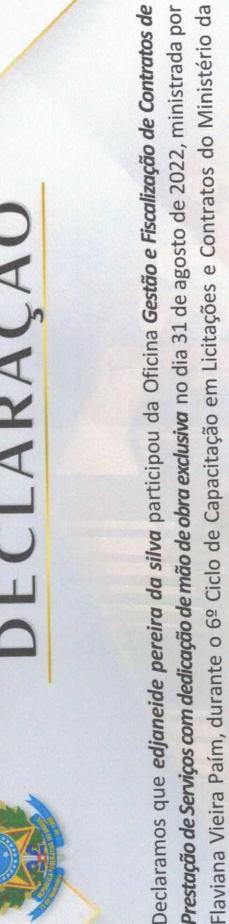
SECRETARIA SECRETARIA DE

GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA

DECLARAÇÃO



Brasília-DF, 10 de outubro de 2022.

Déboya de Souza Januário

Coordenadora-Geral de Licitações e Contra

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas José de Albuquerdae Nogueira Filho





SECRETARIA

Justiça e Segurança Pública, com carga horária de 3 horas.

145

SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA

MINISTÉRIO DA

DECLARAÇÃO

Declaramos que *edjaneide pereira da silva* participou da Oficina *Fracionamento de Despesas e a NLL* no dia 31 de agosto de 2022, ministrada por Felipe Dalenogare, durante o 6º Ciclo de Capacitação em Licitações e Contratos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com carga horária de 3 horas.

Brasília-DF, 10 de outubro de 2022

Déboya de Souza Januário

Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas José de Albuquerque Nogueira Filho

SEGURANÇA PÚBLICA SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM



ministrada por Milleanne Baía Silva, durante o 6º Ciclo de Capacitação em Licitações e Contratos do Declaramos que edjaneide pereira da silva participou da Oficina Pesquisa de Preços - Competências, Responsabilidades e Consequências para o Processo de Contratação Pública no dia 30 de agosto de 2022, Ministério da Justiça e Segurança Pública, com carga horária de 3 horas.

Brasília-DF, 07 de outubro de 2022.

Coordenadora-Geral de Licitações e Contrates Déboya de Soura Januário

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas José de Albuquerque Nogueira Filho

CENTRA MICH

DE

AGUA

MINISTÉRIO DA

SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA DE

SECRETARIA
EXECUTIVA

GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

DECLARAÇÃO



Declaramos que edjaneide pereira da silva participou da Oficina Planejamento e Gerenciamento de **Contratações - Decreto nº 10.947/2022 PCA e Sistema PGC** no dia 30 de agosto de 2022, ministrada por Ana Paula de Oliveira Silva, durante o 6º Ciclo de Capacitação em Licitações e Contratos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com carga horária de 3 horas.

Brasília-DF, 07 de outubro de 2022.

Déboya de Souza Januário

Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas José de Albuquerque Nogueira Filho

DE

AGUA

MINISTÉRIO DA

SEGURANCA PUBLICA

SECRETARIA DE **GESTÃO E ENSINO EM** SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA



Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União



Certificado

Ø A Corregedoria-Geral da União certifica que Edjaneide Pereira da Silva participou do curso de Responsabilização de Pessoas Jurídicas — Lei nº 12.846/13, realizado nos dias 13

15 de setembro de 2017, em João Pessoa/PB, com carga horária de 15 horas.

Brasília, 21 de setembro de 2017.

Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega Corregedor-Geral da União



Conteúdo Programático:

- ✓ Evolução histórica até a Lei nº 12.846/2013;
- ✓ Sistema Normativo Internacional de Combate à Corrupção;
- Âmbitos de responsabilização por atos de corrupção no Brasil;
- Direito Administrativo Sancionador elementos principais; princípios; dever de apurar; abrangência subjetiva;
- Sistema de responsabilização Administrativa da Lei nº 12.846/2013 responsabilidade objetiva, subjetiva e solidária; tipos normativos; processo de

responsabilização; prescrição;

- Penalidades administrativas dosimetria da multa;
- Desconsideração da personalidade jurídica;
- ✓ Acordo de Leniência;
- ✓ Cadastros Nacionais CEIS e CNEP;
- ✓ Avaliação de Programa de Integridade;
- Estudo de casos.

III SIMPÓSIO PARAIBANO DE TI E GESTAO PI

CERTIFICAMOS DUE

EDJANEIDE PEREIRA SILVA

PARTICIPOU DO 111 SIMPÓSIO PARAIBANO DE TI E GESTÃO PÚBLICA,

NO PERÍODO DE 09/12/2020 A 10/12/2020, COM CARGA HORÁRIA DE 14 HORAS.

JOÃO PESSOA, 16 DE DEZEMBRO DE 2020

OMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO

COMISSAO DE ORGANIZAÇÃO

KLARISSA SOUZA JERONIMO

















Z Ê N I T E

Certificado

CNPJ 86.781.069/0001-15, confere o presente certificado a A Zênite Informação e Consultoria S.A., inscrita no

EDJANEIDE SILVA

LICITAÇÕES", realizada no dia 25 de abril de 2024, com carga horária de 3 horas (três horas). pela participação na Aula Aberta "O QUE NÃO FAZER AO APLICAR A NOVA LEI DE

Curitiba, 25 de abril de 2024.



MAEO AGUA

FLS



Certificado

A NG Eventos confere o presente certificado a

Edjaneide Pereira da Gilwa

Por sua participação e conclusão no curso

Incluindo a Nava Becreta 6.204/07 e a Prajeta-Lei 7.709-9/07" Registra de Preças - PRP e Rualização da QQ 123/06. "Aspacitação e Formação de Pregoeiros, Pistema de

conforme lei n° 8.666 de 21 de Junho de 1993, realizado em João Pessoa - PB

dias 17 e 18 de Dezembro de 2007.

Negocios Pránicos Luchtos Voordenação



MARA MU AGUA



Colégio Cônego José Viana Ltda.

CEP 58, 800 — Sousa - Paraiba Rua Jaão Passoa, 89 - Caixa Pagial nº 47 Aut. 38/74 - CEE Estado da Paraíba

COLEGIO CONEGO JOSE VIANA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIFICADO

23, De acordo com os Arts. 16 e O Diretor(a) maria das Dores Batista, Gastelha, de Oliveisa

da Lei 5.692 de 11 de agosto 1971. alinea a,

e de Hosista Receiro de Silva CERTIFICA que EDJAMETOE PERETRA DA SILVA

foi considera aprovado Estado de Parallac de 1933 em 20030 Filho(a) de Edual Fessesias da silva Nascido(a) em 10 de Asesto

no ano letivo de

Contabilidade

em todas as disciplinas do curso reconico em

estando apto a realizar o estágio profissional e/ou prosseguir estudos em nivel superior.

Assis 1997 Sells - Batha de Colégio Cônego José Viana Ltda 23 de Homeiro de Local e Data

Secretario

Diplomado

Mª das Dores B. Cadelha de Oliveira Adm. Escolar Nº 2.068

Sousa - PB

Colégio Cônego José Viana Ltds



ENAP Escola Nacional de Administração Pública

Certificado

A ENAP Escola Nacional de Administração Pública certifica que

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

concluiu com sucesso o curso "Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos" a distância, realizado no período de 15/01/2007 a 12/02/2 com carga horária total de 20 horas.

Brasília, 12 de fevereiro de 2007.

Helena Kerr do Amaral

Presidente

ENAP Escola Nacional de Administração Pública

Certificado registrado na Escola Virtual ENAP sob nº 2007/000.632, em 19/02/2007 às 11:52 h



CERTIFICADO



Conteúdo

O Departamento de Logística e Serviços Gerais, por intermédio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, certifica que EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA participou do curso de Água - Responsabilidade de Todox Nós - SERPRO, na modalidade de Ensino a Distância, com carga horâria total de 2 horas.

Brasilia, 1 de novembro de 2008.

Certificado registrado no sistema sob nº 2008/001.513 Emissão 09/11/2008 hora 19:05 Loreni F. Foresti
Diretora do DLSG/SLTI/MP

Carlos Henrique de A. Moreira Gerente de Projetos/DLSG/SLTI/MP



CONTEUDO PROGRAMÁTICO 1 - Agua - Responsabilidade de todos nós

CARGA HORARIA TOTAL (HORAS)

7

FREQUÊNCIA: 100%

APROVEITAMENTO: 100%

Tutor(es):

Aluno: EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

Periodo: de 1/8/2008 à 1/11/2008.

Curso: Agua - Responsabilidade de Todos Nós - SERPRO
Turma: Turma 002/2008 - Água - Responsabilidade de Todos Nós



ENAP Escola Nacional de Administração Pública

Certificado

O Projeto EuroBrasil 2000 "Apoio à Modernização do Aparelho do Estado" e a ENAP Escola Nacional de Administração Pública certificam que

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

concluiu com sucesso o curso Ética e Serviço Público a distância, realizado no período de 05/03/2007 a 26/03/2007, com carga horária total de 10 horas.

Brasília, 11 de abril de 2007.

Rubem Bauer Diretor Nacional

Projeto EuroBrasil 2000

Helena Kerr do Amaral

Presidente

ENAP Escola Nacional de Administração Pública





HISTÓRICO

Curso: Ética e Serviço Público

Turma: Turma 01.1/2007 - Ética e Serviço Público

Período: de 5/3/2007 à 26/3/2007. Aluno: EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA Tutor(es): Equipe EAD Enap (Titular)

APROVEITAMENTO: 100%

FREQÜÊNCIA: 100%

CARGA HORÁRIA TOTAL (HORAS)

JONNERCO

Secretário(a) Reg.: J. GCC

República Federativa do Brasil

Estado da Paraiba

Secretaria da Educação e Cultura

Colégio Cônego "José Viana" Ltda. — Rua Pres. João Pessoa, 39 Sousa — Paraiba Reselvação 86 91 de 19 100 91 Tub. D. O. eta. Otal 10 91 C. E. E.

Nos termos dos artigos 16 e 6.º da Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, alterado pela Lei 7.044, 18 de Outubro de 1986, e com o disposto no Registro Escolar, Confere o TÍTULO DE TÉCNICO EM CON-

SILIDADE at dynamorde reveiva da Silvi

cido (a) em 10 de acide de 1923 por ter concluido no ano letivo de 1991, o ensino de 2.º ionalidade Brazileira natural de Zão Voricale Souza Estado Fazalka

u, com Habilitação Profissional TÉCNICO EM CONTABILIDADE.

O presente Diploma outorga os direitos e prerrogativas estabelecidas nas Leis do País.

Lowsa 16 de Motertibre de 1994

Januade Novaina da Silva

Honeia Horis de Occabelles Doutes

.069





MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA COORDENAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE BUCAL Setor de Administração Federal Sul – SAF – Sul, Quadra 2, Lote 05/06, Sala 6 CEP: 70.070 - 600 - Brasilia - DF (61) 3306-8056

DECLARAÇÃO

Declaro que a senhora Edjaneide Pereira da Silva ministrou cursos de capacitação em Licitações Públicas e Contratos Administrativos para Gestores de Saúde Bucal, com carga horária de oito horas, nas datas e municípios discriminados abaixo:

Data	Local
20 de julho de 2010	Goiânia - GO
17 de agosto de 2010	Porto Velho - TO
24 de agosto de 2010	Florianópolis - SC
10 de setembro de 2010	Rio de Janeiro - RJ
13 de setembro de 2010	Fortaleza - CE

Brasília, 30 de setembro e 2010.

Gilberto Alfredo Pucca Júnior Coordenador Nacional de Saúde Bucal



Cidadecompras.com.br

CERTIFICADO

realizado pala FAMUP/CNM nos dias 11, 12 e 13 de março do ano em Certificamos que Edjaneide Pereira da Silva, participou do V CURSO COMPLEMENTAR 123, 回 DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS e curso, com carga horária de 20 horas.

João Pessoa, 13 de março de 2008.

Rubens/Germano Costa Presidente da FAMUP





ENAP Escola Nacional de Administração Pública

Certificado

A ENAP Escola Nacional de Administração Pública certifica que

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

concluiu com sucesso o curso "Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos" a distância, realizado no período de 15/01/2007 a 12/02/2 com carga horária total de 20 horas.

Brasília, 12 de fevereiro de 2007.

Helena Kerr do Amaral

Presidente

ENAP Escola Nacional de Administração Pública

Certificado registrado na Escola Virtual ENAP sob nº 2007/000.632, em 19/02/2007 às 11:52 h



ENAP Escola Nacional de Administração Pública

Certificado

O Projeto EuroBrasil 2000 "Apoio à Modernização do Aparelho do Estado" e a ENAP Escola Nacional de Administração Pública certificam que

EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA

concluiu com sucesso o curso Ética e Serviço Público a distância, realizado no período de 05/03/2007 a 26/03/2007, com carga horária total de 10 horas.

Brasília, 11 de abril de 2007.

Rubem Bauer Diretor Nacional

Projeto EuroBrasil 2000

Helena Kerr do Amaral

Presidente

ENAP Escola Nacional de Administração Pública







A Controladoria-Geral da União certifica que EDJANEIDE PEREIRA Presencial

do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, realizado na Universidade Federal Campus Pombal/PB no dia 13/11/2009, Evento de Educação Participon do DA SILVA

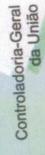
UFCG 1 Campina Grande totalizando 8h aula. de

Pombal, 13 de novembro de 2009.

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado da Paraíba Jaci Fernandes Sobrinh



Realização:











TERTIFICADO

Orçamento e Gestão, confere o presente certificado a EDJANEIDE PEREIRA DA O Departamento de Logística e Serviços Gerais do Ministério do Planejamento,

utilizando recursos de tecnologia da informação, realizado em Campina Grande - PB, no SILVA, pela participação no curso de Licitações e Contratos e Formação de Pregoeiros,

período de 20 a 23 de outubro de 2009, com carga horária de 40 horas.

Brasília, 23 de outubro de 2009



CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO MOREIRA Director do DLSG/SLTI/MP

Gerente de Projetos/DLSG/SLTI/MP LEBER BUENO





ELETRÔNICA, realizado em Brasília/DF nos dias 30 Setembro a 02 de Outubro de participação no treinamento operacional para utilização do Sistema Integrado de Orçamento e Gestão, confere o presente certificado a EDJANEIDE SILVA, pela sua Administração de Serviços Gerais - SIASG, módulos: CATMAT, CATSER, SICAF COMPRAS, IRP, SISPP, SISRP E COTAÇÃO O Departamento de Logística e Serviços Gerais do Ministério do Planejamento, CONSULTA, SIDEC, DIVULGAÇÃO DE 2014, com carga horária de 20 horas.

Brasília, 02 de Outubro de 2014



Gerente de Departamento Gerência de Serviços SERPRO - Regional Belo Horizonte/MG

CRISTIANE PAULA GOMES











CERTIFICADO

êxito o curso os impactos da reforma tributária, com Certificamos que EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA concluiu com

duração total de 1 horas

STATUS: CONCLUÍDO PERÍODO: 29/03/2025 - 28/04/2025 NÚMERO DE SÉRIE: 58277424202507 CPF. EM BRANGO



O M R F - H - O A O



êxito o curso AULA - Contratação Direta sem Licitação , com Certificamos que EDJANEIDE PEREIRA DA SILVA concluiu com duração total de 1 horas

STATUS: CONCLUÍDO PERÍODO: 30/09/2024 - 14/10/2024 NÚMERO DE SÉRIE: 58277405202409 CPF: EM BRANCO





Anexo - Certificados. Doc. 121396/25. Data: 25/09/2025 15:57. Responsável: Evandro L. Soares. Impresso por convidado em 01/10/2025 11:12. Validação: 691C.D6D7.ABE2.9384.2091.3ECD.DA0F.4CA9



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 25/09/2025 às 15:57:01 foi protocolizado o documento sob o Nº 121400/25 da subcategoria Contratos , exercício 2025, referente a(o) Câmara Municipal de Mãe d´Água, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Evandro Lucena Soares.

Número do Contrato: 000000082025 Data da Publicação: 07/08/2025 Data da Assinatura: 06/08/2025 Data Final do Contrato: 06/08/2026 Valor Contratado: R\$ 36.000,00

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados na assessoria e consultoria técnica especializada em processo de compras (licitação de contratações diretas) realizados pela Câmara Legislativa Municipal.

Contratado (Nome): Persona Contab Consultoria Ltda

Contratado (CNPJ): 60.249.780/0001-30

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Sim [INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Nº de Dias Fora do Prazo: 15

Documento	Informado?	Autenticação
Anexo - Certificados	Sim	691cd6d7abe2938420913ecdda0f4ca9
Anexo - Certiicados 1	Sim	41fef1dd1f037e880e62a2267f14c872
Anexo - Certiicados 2	Sim	6621827180a4d97018c2bb6696c9cba7
Comprovante de publicidade	Sim	1d08e7bbd1bc2553d178a03f4baa41a8
Comprovantes de regularidade da contratada	Sim	e159ecc59c6236c746b49586b7ee9582
Comprovação da existência de dotação orçamentária	Sim	533ef23dfe5c3d300f3908a8494c32a5
Contrato ou instrumento equivalente	Sim	8fe2ed057a15492a9fa67e0406dd9034
Designação da fiscalização técnica do contrato	Sim	9c5fbcc3545df60a6c09a8e43703c579
Designação do fiscal administrativo do contrato	Sim	9c5fbcc3545df60a6c09a8e43703c579
Designação do gestor do contrato	Sim	9c5fbcc3545df60a6c09a8e43703c579

João Pessoa, 25 de Setembro de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

Documento: 121396/25 **Subcategoria:** Licitações

Jurisdicionado: Câmara Municipal de Mãe d´ Água

Exercício: 2025

CERTIDÃOCERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 25/09/2025 às 15:57h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 121400/25 ao Documento 121396/25, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 121396/25:

Documento	Páginas	Autenticação
Contrato ou instrumento equivalente	41 - 48	8fe2ed057a15492a9fa67e0406dd9034
Designação da fiscalização técnica do contrato	49 - 51	9c5fbcc3545df60a6c09a8e43703c579
Comprovante de publicidade	52	1d08e7bbd1bc2553d178a03f4baa41a8
Designação do gestor do contrato	53 - 55	9c5fbcc3545df60a6c09a8e43703c579
Comprovação da existência de dotação orçamentária	56	533ef23dfe5c3d300f3908a8494c32a5
Comprovantes de regularidade da contratada	57 - 81	e159ecc59c6236c746b49586b7ee9582
Anexo - Certiicados 1	82 - 117	41fef1dd1f037e880e62a2267f14c872
Designação do fiscal administrativo do contrato	118 - 120	9c5fbcc3545df60a6c09a8e43703c579
Anexo - Certiicados 2	121 - 133	6621827180a4d97018c2bb6696c9cba7
Anexo - Certificados	134 - 167	691cd6d7abe2938420913ecdda0f4ca9
RECIBO PROTOCOLO	168	eb1c97dbcdfadc9c74e277e773e1efb3

João Pessoa, 25 de Setembro de 2025



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB